



UC/FPCE — 2009

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**O Papel do Genograma e Mapa de Rede Social
Pessoal na Avaliação/Intervenção com Crianças e
Adolescentes integrados em Instituição de
Acolhimento Prolongado**

Ana Isabel Castilho Rodrigues Cacho (anaisabel.cacho@gmail.com)

Dissertação de Mestrado na área de especialização de Psicologia
Clínica e da Saúde, sub-área de especialização em Sistémica, Saúde
e Família sob a orientação da Professora Doutora Isabel Alberto

O Papel do Genograma e Mapa de Rede Social Pessoal na Avaliação/Intervenção com Crianças e Adolescentes integrados em Instituição de Acolhimento Prolongado

Resumo: A institucionalização das crianças e adolescentes em perigo em acolhimento prolongado pode encerrar em si desvantagens, mas também potencialidades. As instituições que acolhem estas crianças e adolescentes como medida de promoção e protecção preconizada para um público em perigo devem primar pela diferença relativamente às suas famílias de origem. Com a saída e separação da família emergem sentimentos de perda, solidão e vazio, implicando a angústia que lhe está inerente e que acompanha a criança e o adolescente num processo de *luto* que se inicia. Deste modo, no âmbito das intervenções passíveis de desenvolver numa instituição de acolhimento existem duas dimensões de excelência: a) as relações familiares e a história familiar da criança/adolescente e b) as redes sociais, onde o Genograma Familiar e o Mapa de Rede são recursos que tornam possível clarificar e (re) construir as narrativas destas crianças num sentido mais positivo e potencializador de mudança. Este estudo tem como objectivo analisar a pertinência da utilização de dois instrumentos de avaliação/intervenção: *Genograma* e *Mapa de Rede Social Pessoal* junto de crianças e adolescentes em situação de acolhimento prolongado. Para o efeito recorreu-se a uma amostra de 40 crianças/adolescentes institucionalizados, entre os seis e os dezanove anos. Os resultados revelam a importância da abordagem da história pessoal e familiar das crianças e adolescentes retirados do seu contexto familiar e comunitário, bem como da análise dos apoios sociais e afectivos percebidos, reais e potenciais. Não foram identificadas contra-indicações ou limitações nestes dois instrumentos de avaliação, todavia, houve necessidade de se fazer pequenas adaptações, atendendo às características desta amostra.

Palavras-chave: institucionalização, genograma, mapa de rede social pessoal, avaliação/intervenção, limites/vantagens.

The Genogram and Personal Social Network Map's in the Evaluation/Intervention with Children and Adolescents Integrated in a Residential Care.

Abstract: The child and adolescent's institutionalization in residential care may have disadvantage but also potentiality. Those institutions must do different from the young people's families. The going out and separation from the family carries out the anguish and the *mourning* that the youngest lives along with the process. In residential care one may can operate in two realities: a) families's relationships and child and adolescent's family's story

and b) social network where genograms and network map are both of them resources that allows us to clarify and (re)built the narratives of those children and adolescent on a more positive perspective and able to encourage the changes. This study's goal is to analyze the pertinence of the application of two evaluation/intervention instruments: *Genogram* and *Personnel Social Network Map* with child and adolescent in residential care; the sample was established with young people between six and nineteen years old and the results point out the relevance of the personnel and family history's approach of the children and adolescents roll out from their familiar and community's context as well the social and emotional support's analysis that are understood , real and potential.

Key Words: institutionalization, genogram, personnel social network map, evaluation/intervention, limits/advantages.

Agradecimentos

A quem não foi permitido *esperar* por mim:

Ao Pai;

A todos aqueles que pacientemente souberam *esperar* por mim:

Ao Pedro, ao Daniel e à Carolina; à Mãe e ao Mano;

A todos os que aprenderam a acreditar em mim:

Ao meu querido amigo Alberto, ao Dr. Luís e à Dr.^a Ana Cristina.

A todos os que confiaram em mim:

À Doutora Isabel e à Doutora Madalena.

A todos os que me levaram mais além:

Ao Dr. Ricardo, à Dr.^a Marta e à Dr.^a Inês.

A todos os que permitiram *isto* acontecer:

Ao Padre Aníbal, ao Padre Luís e ao Dr. Hugo;

A todos os *meus* rapazes que partilharam comigo um pouco das suas histórias.

A todos estes e a muitos mais, um grande bem-haja.

Índice

Introdução	1
I Enquadramento Conceptual	2
1. A Institucionalização	2
1.1. Perspectiva histórica da institucionalização: o tempo e o espaço	5
1.2. O Processo de institucionalização	7
1.2.1. As desvantagens da institucionalização nas crianças e jovens em risco	9
1.2.2. As potencialidades da institucionalização nas crianças e jovens em risco	10
1.3. Fazer diferente	11
2. O Genograma – olhar a história da família	12
3. Rede Social Pessoal – olhar os vínculos sociais	15
3.1. Avaliação da Rede Social Pessoal: o Mapa de Rede Social Pessoal	17
II Objectivos	19
III Metodologia	20
3.1. Caracterização da Amostra	20
3.2. Instrumentos utilizados	22
3.2.1. Genograma Familiar	22
3.2.2. Mapa de Rede Social Pessoal	23
IV Apresentação e Discussão dos Resultados	24
4.1. Análise do Conteúdo	24
4.1.1. Genograma	24
4.1.2. Mapa de Rede	30
4.1.3. Limitações/inconvenientes e vantagens do Genograma e Mapa de Rede	36
Bibliografia	39
Anexos	46

Introdução

A instituição de internato é (...) um lugar de residência e de trabalho onde grande número de indivíduos, colocados na mesma situação, cortados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam em conjunto uma vida fechada cujas modalidades são explícitas e minuciosamente reguladas.

(Goffman, 1961, cit. in Alberto, 2002, p. 278).

Desde sempre coexistiram concepções divergentes sobre o que é educar ou castigar uma criança ou um adolescente, variando consoante os períodos históricos e sociais. A própria concepção de infância foi sendo reconstruída, até que nos séc.XX, finalmente se vêem reconhecidos direitos específicos da criança, nomeadamente, o de protecção. Em Portugal, o estudo da problemática da criança maltratada passa a ser alvo de uma maior atenção a partir dos anos 80.

Muitas vezes socialmente excluídas e marginalizadas, as crianças e adolescentes vítimas de maltrato sobrevivem dentro de um contexto de constrangimentos e adversidades que constitui o seu quadro de referência de vida. Deste modo, a frequente exposição da criança ou jovem nestes contextos, marcados pela negligência e abuso “empurra-os” para vivências em meios marginais, que culminam na intervenção das redes formais (Comissões de Protecção de Criança e Jovens e/ou Tribunais) e, não raramente, na sua colocação em Lar de Infância e Juventude.

A intervenção das instituições de acolhimento, independentemente da sua natureza jurídica, tendo como objectivo a *normalização* de comportamentos de modo a torná-los socialmente aceitáveis, choca muitas vezes com os contextos adversos em que as crianças e jovens se encontram inseridos, assim como com as experiências por eles vivenciadas (Afonso, 1998).

Na maioria dos modelos de intervenção no âmbito das crianças/jovens em risco pode-se encontrar a indicação para a retirada de crianças à família a título provisório acabando, não raras vezes, por se tornar uma medida definitiva.

Actualmente assiste-se a uma mudança dos modelos teórico-metodológicos, sobretudo no

que respeita a processos de intervenção baseados em parâmetros que orientam a institucionalização, considerando-se que o apoio à família identificada com situações de negligência ou abuso se deve fundamentar numa abordagem construtiva de promoção de mudança, para a superação das situações de maus-tratos infantis.

O Estado e a sociedade têm conjugado alguns esforços no sentido de potenciar uma política integrada e eficiente de protecção e promoção das crianças e jovens em risco, na qual a intervenção do Estado seja mínima na esfera da autonomia e autodeterminação dos destinatários, de forma a promover a inserção destes num processo de reconhecimento da cidadania. A criança é encarada como um sujeito de direito, responsável e participativa, portanto as medidas de promoção e protecção baseiam-se no princípio geral da participação da criança ou dos seus representantes legais (Delgado, 2006).

Cabe à instituição a responsabilidade, a partir do acolhimento destas crianças e jovens, de promover a relação familiar e proporcionar um conjunto de novas aprendizagens e experiências, trabalhando para isso dois aspectos fundamentais: a (re)construção da sua história familiar (através do genograma) e a activação/criação de uma rede social adequada (através do mapa de rede).

Este estudo pretende ser um pequeno contributo para a identificação das representações que a criança/adolescente institucionalizado tem da sua família e dos vínculos afectivos, bem como de que forma se encontra organizada a sua rede social pessoal permitindo, assim, não só uma avaliação do aqui e agora, mas também, e não menos importante, uma intervenção que implemente uma co-activação ou co-criação de uma nova realidade social e afectiva.

I – Enquadramento conceptual

1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO

A criança ou jovem em risco é um sujeito em formação submetido a dificuldades de diferente índole, que lhe limitam a possibilidade de alcançar o desenvolvimento físico, afectivo e psíquico que caracteriza, idealmente, a dignidade humana.

(Delgado, 2006, p.13).

A história pessoal do indivíduo, nomeadamente as experiências vividas no seio familiar,

tem uma influência determinante no seu desenvolvimento físico e psicológico. As experiências de maus-tratos são um dos exemplos da adversidade que ocorre na infância e que tem implicações negativas nas diversas áreas de funcionamento do indivíduo, e que poderão levar à institucionalização.

De acordo com Huefner, Ringle, Chmelka & Ingram (2007) os maus-tratos infantis encontram-se relacionados com uma série de problemas comportamentais e de personalidade nomeadamente, delinquência (Alfaro, 1981; Haapasalo & Moilanen, 2004; Kratcoski, 1982), uso de substâncias ilícitas, problemas de conduta (Crowley, Mikulich, Ehlers, Hall & Whitmore, 2003; Egleland, Yates, Appleyard & Van Dulmen, 2002) entre outros. Na adultez, a vítima de abuso durante a infância torna-se, ela própria, agressora marital e/ou parental, numa transmissão intergeracional do abuso e negligência. De acordo com os estudos de Coker, Smith, McKeown e King (2000), Herrenkohl *et al.* (2004), Murphy e Blumenthal (2000), Schafer *et al.* (2004) (*cit in* Huefner *et al.*, 2007) reconhece-se um forte elo de ligação entre a história de abuso e violência vivida na infância e ser-se agressor na adultez.

De acordo com Amado, Ribeiro, Limão e Pacheco (2003), na origem do *acolhimento institucional*¹ encontramos habitualmente a vivência de situações de risco no seio da família tais como a negligência e abandono, o exercício abusivo da autoridade, a exploração do trabalho infantil e o abuso sexual. Os contextos de pobreza associados ao desemprego, a carência ou degradação habitacional, a más condições de higiene, a toxicodependência e outros comportamentos aditivos dos adultos, a prostituição ou a mendicidade, são igualmente propícios para a opção de institucionalização de crianças.

Observando os dados disponíveis no Relatório PII2/2006 (Simões & Oliveira, 2007) para os 12245 indivíduos em acolhimento no final de 2006 percebemos que os principais motivos do acolhimento institucional, ou as situações de risco subjacentes ao acolhimento institucional podem ser analisadas considerando dois tópicos: a) *situação de perigo na origem do acolhimento* e b) *problemáticas do agregado familiar*. Como situação de perigo, verifica-se que a negligência assume uma preponderância significativa, particularmente a que reflecte falta de supervisão e acompanhamento familiar, atingindo 6365 crianças/jovens, e a ausência de

¹ Alínea f), do Art.º 35º, da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.

acompanhamento ao nível da educação, afectando 6187 crianças/jovens. É igualmente relevante a falta de acompanhamento da situação de saúde das crianças/jovens (n=5394), bem como a sua exposição a modelos parentais desviantes (n= 4204). O abandono, entendido como a situação em que a criança fica entregue a si própria de forma absoluta, surge também como situação de perigo que conduziu ao acolhimento de 2411 crianças/jovens. O abuso físico estava presente em 2063 casos, sendo que a ausência temporária de suporte familiar, entendida como impossibilidade temporária de viver sob a guarda da família, foi identificada em 1880 crianças/jovens. Por outro lado analisados os processos em função das *problemáticas do agregado familiar*, predomina a carência socioeconómica, afectando 4323 crianças/jovens, seguindo-se o alcoolismo, atingindo 1876 crianças/jovens, ou a ruptura familiar, situações de divórcio ou separações conjugais para 1539 crianças/jovens. Face ao total de crianças e jovens acolhidos no final de 2006 (12.245), estes dados poderão significar que em cerca de 30% das situações que motivaram a entrada no sistema de acolhimento, a carência socioeconómica foi identificada como factor precipitador ou preponderante.

Cruzando-se os motivos de perigo com as problemáticas do agregado familiar nos dados recolhidos no PII2/2006, podemos apontar de uma forma geral para a existência de uma correspondência directa entre a negligência parental e a carência socioeconómica, seguindo-se o alcoolismo e a ruptura familiar. Deste modo, a carência socioeconómica encontra-se presente como factor de primeira ordem para as situações de perigo, seguido do alcoolismo e da ruptura familiar. A conjugação do alcoolismo com a violência conjugal e as dificuldades económicas está particularmente presente no abuso psicológico (ameaças, depreciação/humilhação, privação social e exercício abusivo da autoridade) e no abuso físico.

O PII2/2006 revela também outras particularidades: nas situações de abandono, mantendo-se a prevalência da carência económica, surge a ruptura familiar como factor associado, e não o alcoolismo. Na prostituição infantil, para além da carência socioeconómica, encontra-se a prática de prostituição de algum dos elementos do agregado e a violência doméstica. Nas situações de mendicidade da criança/jovem é significativa a presença de toxicodependência de algum dos elementos do agregado, da carência económica e do alcoolismo.

Partindo-se, agora, do prisma das problemáticas do agregado familiar, procurou-se identificar, qual a sua importância nas situações de perigo da criança/jovem. A toxicod dependência, o alcoolismo e a prostituição por parte dos adultos estão maioritariamente associados à exposição a modelos parentais desviantes, seguido da falta de supervisão e acompanhamento familiar e das crianças e jovens.

A presença nos adultos de doenças do foro psiquiátrico, aparece nas situações de falta de supervisão e acompanhamento escolar enquanto que a doença física de algum dos elementos do agregado familiar surge estreitamente ligada à falta de supervisão/ acompanhamento familiar, seguido de ausência temporária de suporte familiar (PII2, 2006).

Verifica-se que na colocação em Famílias de Acolhimento (quer estas tenham ou não laços biológicos com as crianças acolhidas) equivalendo a 723 (27%) dos casos, existe uma ligeira preponderância das problemáticas ligadas às dependências (álcool e drogas) nas famílias de origem.

As dificuldades socioeconómicas dos agregados familiares de origem são transversais a todas as crianças acolhidas, no entanto, surge de forma predominante em crianças/jovens acolhidas em Lares de Infância e Juventude (38%, 2748 crianças), bem como nas acolhidas em Centros de Acolhimento Temporário (35%, 592 crianças). Foram identificadas 807 crianças acolhidas em Lar (11% do total) por causa das condições problemáticas do seu agregado familiar, mas em termos percentuais, as que se encontram em Famílias de Acolhimento pelas mesmas razões representam 20% do seu total (318).

A prostituição como motivo de colocação em Famílias de Acolhimento surge em 5% dos casos enquanto que nos Lares de Infância e Juventude está presente em 260 processos (3,5%).

1.1. Perspectiva histórica da institucionalização: o tempo e o espaço

No início do século XX, a relação do adulto com a criança assentava numa visão redutora desta última, que apenas suscitava a obrigação de ver satisfeitas as suas necessidades básicas (alimentação, higiene, habitação) e indispensáveis ao processo do seu crescimento até atingir a fase adulta. A nível da educação imperavam os valores rígidos da obediência e da submissão aos mais velhos e o rigor da disciplina. Não havia qualquer preocupação em compreender essa

criança como um ser em desenvolvimento, com características específicas que exigem uma atenção educativa e afectiva especial (Martins, 2006). Questões como o respeito pela individualidade, formação da personalidade, necessidades especiais, aspirações, motivações ou interesses eram, na sua generalidade ignorados. A abordagem dos direitos da criança ou do adolescente neste contexto, não fazia qualquer sentido (Amado *et. al.*, 2003). Apenas em meados do século XX a criança e o jovem começam a ser vistos como alguém singular e essencial na sociedade (Ferreiro, 2007). Nesta perspectiva, a organização da protecção da infância e da juventude, baseada essencialmente em sentimentos de caridade e numa intervenção de natureza paternalista, circunscrevia-se à criação de estruturas de apoio, caracterizadas como grandes instituições de acolhimento, para onde eram enviadas, indiscriminadamente e por tempo indeterminado (Martins, 2006), as crianças órfãs, desprotegidas, abandonadas e mendigas que, assim, intencionalmente segregadas da sociedade, deixavam de incomodar (Amado *et. al.*, 2003).

Em Portugal, dois marcos significativos assinalam a importância conferida à problemática da protecção à infância. O primeiro marco é a Lei de 1911 – “Lei de Protecção à Infância”² – constituindo-se como a primeira lei promulgada em Portugal de protecção à criança coincidente com a criação dos tribunais de menores, então designados por Tutorias de Infância. Um segundo marco assenta na publicação da Organização Tutelar de Menores de 1962 revista pela Organização Tutelar de Menores de 1978 (Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro), que veio reforçar a intervenção do tipo preventivo e o papel da família (Delgado, 2006). Apesar de Portugal ser um dos primeiros países a aprovar uma Lei de Protecção à Infância em 1911, que nas palavras de Martins (2002) pode ser visto como um dos mais progressistas na Europa, só na revisão constitucional de 1976 são pela primeira vez consagrados na Constituição da República Portuguesa, como direitos fundamentais, a infância (art.69º) e juventude (art.70º) (Piedade, 2001, *cit in* Oliveira, 2008).

Os dispositivos de resposta aos problemas da criança e do jovem têm evoluído no sentido de uma autonomização da esfera do poder político ou governativo; se nas disposições legais de 1911 a intervenção era quase exclusivamente dos tribunais e instituições estatais viradas para a

² O Padre António de Oliveira, um dos grandes protectores da infância em Portugal no início do século XX foi o mentor da lei de Protecção à Infância de 27 de Maio de 1911 (Martins, 2006).

protecção e prevenção, as disposições da Organização Tutelar de Menores de 1962 e de 1978 apontam para a diversificação dos parceiros na aplicação da justiça que, de acordo com Delgado (2006), mantém um cariz proteccionista, numa “perspectiva paternalista, [onde] a protecção sobrepõe-se à participação” (p.143).

O diploma legal de 1978 privilegia a família e o seu papel de protecção da criança/adolescente, reconhecendo a sua importância na aplicação de medidas decretadas pela intervenção judicial. A intervenção não estatal é alargada na década de 80 com o aparecimento de uma grande diversidade de Instituições Particulares de Solidariedade Social, Linhas SOS/Criança e por Comissões de Protecção de Menores (CPM) (Ferreiro, 2003; Delgado, 2006).

A 1 de Janeiro de 2001, com a entrada em vigor da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) com o n.º 147/99, as CPM passam a designar-se de Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ), passando-se a considerar *crianças e jovens*³ *em perigo*, todas as crianças que se encontrem em situação de abandono ou vivam entregues a si próprias, que sofram maus-tratos físicos ou psíquicos ou sejam vítimas de abusos sexuais, que não recebem os cuidados ou afeição adequados à sua idade ou situação pessoal, etc. (LPCJP, 1999, art.º 3º). Neste sentido, as medidas de promoção e protecção podem passar pelo apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, acolhimento familiar ou acolhimento em instituição, etc. (LPCJP, 1999, art.º 35º).

As crianças e os jovens passam, assim, a receber uma protecção particular no panorama constitucional português. São sujeitos de direitos, titulares dos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa (Delgado, 2006). Perante isto, a problemática da institucionalização na infância e juventude passou a ter uma relevância social e a representar uma dimensão importante de estudo.

1.2. O Processo de Institucionalização

“Toda a criança que é separada dos seus pais, por mais negligentes que estes tenham sido, sofre” (Amado, *et. al.*, 2006, p.30). Qualquer institucionalização pode comportar consequências

³ No âmbito desta Lei considera-se *criança ou jovem* o indivíduo com menos de 18 anos ou o indivíduo com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos.

negativas a diversos níveis, sobretudo devido à vivência subjectiva de afastamento e abandono das crianças relativamente à família e às atribuições depreciativas e de auto-desvalorização que fazem de si próprias. Santos e Marcelino (1996, *cit. in* Alberto, 2002) referem que as crianças institucionalizadas sentem o afastamento da sua família, especialmente dos irmãos. Por outro lado, a escolha da instituição pode não estar adequada à criança ou jovem, na medida em que a sua selecção muitas das vezes depende mais das disponibilidades do momento do que das características da instituição ou do indivíduo (Alberto, 2002).

Continuamos a conviver com “a sociedade [que] delega na instituição a total e completa responsabilidade de reabilitação e protecção do menor, o que origina algum desgaste da sua parte” (Alberto, 2002, p.290), com as instituições a quem esta mesma sociedade exige resultados, por vezes, sem qualquer apoio social e comunitário explícito e sistemático. Competindo, assim, exclusivamente às instituições garantir o cumprimento dos requisitos mínimos de protecção e provisão inerentes às necessidades de cada criança ou jovem que acolhe (Ferreiro, 2007).

No entanto, e por tudo o que foi explanado, a colocação extra familiar deve ser entendida não apenas como o suprimento estrito de uma falha ao nível do contexto parental, mas como oportunidade de ganhos efectivos, tanto para a criança e jovem como para a família: “A separação implica a perda e a angústia que lhe está inerente, e que acompanha a criança [ou jovem] no processo de luto que se inicia” (Amado *et. al.*, 2003, p.). Deste modo, qualquer resposta de acolhimento extra familiar deve ser entendida no quadro de um sistema global, integrado e coerente – o sistema de protecção infantil – diferenciado e multimodal, com soluções de vários formatos, intensidades e perfis específicos (Martins, 2006).

De acordo com o artigo 2º da LPCJP (1999), os Lares caracterizam-se como equipamentos sociais com a finalidade de acolher crianças e jovens proporcionando-lhes estruturas de vida tão próximas quanto possível às da família, onde o objectivo primordial assenta na promoção do seu desenvolvimento físico, intelectual e moral, bem como na sua inserção na sociedade. Assim, o *acolhimento institucional* descrito no artigo 49º da LPCJP (1999) apresenta-se como “a colocação da criança ou do jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica

que lhes garanta os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que lhes permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

A institucionalização tem vindo a ser descrita como uma alternativa aos problemas dos contextos sociais, nomeadamente no sistema familiar, tais como abusos físicos e/ou sexuais, negligência, abuso de substâncias aditivas ou comportamentos desviantes dos progenitores (Amado *et. al.*, 2003). A primeira função da institucionalização revela-se no acto de “proteger a criança [jovem] das condições negativas que caracterizavam o seu contexto familiar” (Alberto, 2002, p.286) promovendo o seu desenvolvimento global e bem-estar.

1.2.1. As desvantagens da institucionalização nas crianças e jovens em risco

“O impacto real e efectivo da institucionalização é de difícil determinação” (Martins, 2006, p. 115), no entanto e de acordo com Alberto (2002) podem-se realçar cinco aspectos que se encontram intimamente ligados a todo o processo de institucionalização de crianças/adolescentes em risco, e que poderão ter implicações negativas: a) **sentimento de punição** por parte da criança ao ser retirada do seio familiar; b) **demissão/diminuição da responsabilidade familiar** traduzindo a desqualificação gradual da família e do seu meio que promove o afastamento da família da criança; c) **potencialidades mais reduzidas de experimentação/estimulação e de estabelecimento de vinculação segura**, pelo número elevado de crianças/adolescentes que normalmente compõe estas instituições, as oportunidades de interacção entre adultos e crianças são mais escassas diminuindo, também, a estimulação geral; d) **estigmatização e discriminação social** que reflecte os estereótipos e preconceitos por um lado, e por outro, a sua interiorização que leva ao desenvolvimento de processos de diferenciação negativa; e) **função de controlo social/ reprodução das desigualdades sociais**, considerando que apenas as crianças do estrato sócio-económico mais desfavorecido e também com maior controlo social é que são institucionalizadas como medida de protecção e promoção.

Uma das grandes desvantagens da institucionalização encerra em si o facto de nem sempre se acautelar a dimensão da promoção do *desenvolvimento e bem-estar* das crianças institucionalizadas, identificando-se maiores índices de depressão (Valencia e cols., 1993, *cit. in* Alberto, 2002), ou maiores níveis de atraso no desenvolvimento físico, psicomotor e intelectual, bem como perturbações a nível da vinculação, problemas graves de comportamento e

emocionais (Johnson, 2000, *cit. in* Alberto, 2002, 287). Os sintomas depressivos são influenciados pela institucionalização, não raras vezes a par de outras dimensões tais como o auto-conceito ou o baixo estatuto sócio-económico (Raffo, 1994, *cit. in* Alberto, 2002).

Analisando os resultados destes estudos poder-se-á questionar se os sintomas manifestados pelas crianças/adolescentes são fruto da institucionalização, ou já estavam presentes antes desta e têm origem nas próprias vivências abusivas? Ou se serão as características das instituições onde foram colocados que suscitam estes sintomas, ou eles advirão do próprio processo de institucionalização? Ou, ainda, quais serão os resultados dos estudos com crianças/adolescentes em regime de internato, mas de instituições do ensino regular, sem história de maltrato, e cuja colocação em internato dependeu apenas da família, sem haver um controlo social e judicial? Num estudo exploratório, Alberto (2002) detectou algumas semelhanças entre a sintomatologia presente em crianças/adolescentes, índices de sintomas depressivos e de ansiedade, em regime de internato numa instituição do ensino regular e as de uma instituição de acolhimento após a intervenção de controlo social e judicial.

1.2.2. As potencialidades da institucionalização nas crianças e jovens em risco

Reflectindo sobre o papel e função das instituições de acolhimento, ao garantir-se “o cumprimento dos requisitos mínimos de protecção e provisão inerente ao funcionamento dos equipamentos” (Martins, 2006, p. 107) caminha-se ao encontro da sua eficácia e qualidade. Reymond (1996ab, 1998, 1999) caracteriza a *instituição* que acolhe como um “invólucro”, permitindo o acompanhamento a diversos níveis, realizando para tal um conjunto de funções.

Poder-se-á identificar no trabalho desta autora quatro grandes potencialidades na institucionalização das crianças ou adolescentes em risco: a) a **segurança (securizante)** na medida em que permite à criança ou adolescente um ambiente organizado, estável e previsível por oposição aos seus contextos familiares de origem; b) **contentora das angústias** através de atitudes congruentes e coerentes, de confiança e segurança, no sentido de permitir uma continuidade entre o que se *diz* e o que se *faz*; c) favorece a **construção da identidade** na reformulação do passado de cada um, quebrando o discurso miserabilista e fatalista na promoção de projectos e de sonhos, d) promovendo, ao longo de todo o processo de acolhimento **relacionamentos positivos** reflectidos desde o primeiro momento nos laços que os

adultos estabelecem com as crianças e os jovens e nas relações entre os pares (Reymond, 1996ab, 1998, 1999).

1.3. Fazer diferente

No processo de institucionalização, procura-se primar pela diferença relativamente às famílias de origem das crianças e jovens em risco. Na relação que estabelece com as crianças, a instituição permite “oferecer-lhes um novo ambiente, meio privilegiado para retomarem uma evolução, já que oferece uma abordagem a diferentes níveis” (Reymond, 1996, p. 74).

De acordo com Amado *et al.* (2003) estas crianças e jovens que vêm interrompidos os laços familiares, cruzam-se com as instituições que os acolhem enquanto agentes sociais substitutos das famílias que nas condições de maior ou menor reclusão promovem a sua educação moral, cívica e escolar. Com a saída e separação da família emergem sentimentos de perda, solidão e vazio, implicando a angústia que lhe está inerente e que acompanha a criança e o jovem num processo de *luto* que se inicia.

A facilidade com que são criados os preconceitos designados por *estereótipos sociais geradores de condições estigmatizantes* tal como Amado *et al.* (2003) os denominaram, contribui para a dificuldade de integração das crianças/adolescentes na comunidade. Ferreira (2007) afirma que a nossa sociedade continua a manifestar uma atitude preconceituosa em relação às crianças e aos jovens que residem em instituições, eventualmente por não raras vezes essas crianças e jovens exteriorizarem a sua revolta através de comportamentos menos aceitáveis ou mesmo socialmente reprováveis. Neste sentido torna-se fundamental que as próprias instituições não se isolem e realizem um trabalho de interacção com a comunidade envolvente permitindo a integração social.

No âmbito das intervenções passíveis de desenvolver numa instituição de acolhimento há duas dimensões de excelência: a) as relações familiares e a história familiar da criança/jovem e b) as redes sociais.

Trabalhando-se sempre com o objectivo da (re) integração, procura-se desenvolver com as crianças e os adolescentes modelos alternativos de ser e estar em família e em sociedade. No âmbito de uma prevenção terciária, intervindo sobre os casos já identificados em perigo, e

baseando-se no superior interesse da criança/jovem (Mateus, 2003), dever-se-á trabalhar no sentido de melhorar as relações entre os membros da família, a quantidade e qualidade do contacto com o meio circundante.

O Genograma Familiar e o Mapa de Rede são recursos que tornam possível clarificar e (re)construir as narrativas destas crianças num sentido mais positivo e potencializador de mudança.

2. O GENOGRAMA – OLHAR A HISTÓRIA DA FAMÍLIA

Um genograma pode ser descrito como uma árvore genealógica, mas que inclui mais dados sociais (Hartman, 1995). Originalmente utilizado por geneticistas no estudo de doenças de transmissão hereditária, na década de 70 os terapeutas familiares, liderados por Murray Bowen, passaram a usá-lo. Mais tarde, McGoldrick e Gerson (1985) foram de especial importância na sistematização do seu uso (Nichols & Schwartz, 1998). Guerin, nos anos 70, altera o nome original de *Diagrama Familiar*, atribuído por Bowen, para *Genograma*, cuja principal função é a recolha e organização de informação relevante para o sistema familiar multigeracional, durante a fase de avaliação, indo ao encontro dos processos relacionais bem como das situações de triangulação durante o processo de terapia (Nichols & Schwartz, 1998).

Ao trazer para as nossas intervenções psicoterapêuticas o *Tempo* e o *Espaço* de vida do indivíduo somos esmagados pela imensa informação que conseguimos recolher. O Genograma permite seleccionar, ordenar e arranjar no sentido de reduzir a confusão e sobrecarga (McGoldrick & Gerson, 1985; Hartman, 1995), passando a ser caracterizado como uma “simulação de papel e lápis capaz de organizar e objectivar uma tremenda quantidade de dados sobre um sistema familiar no espaço e através do tempo” (Hartman, 1995, p.121). A objectividade e a própria representação gráfica permitem levar a novos *insights* e alterações de percepção sobre a complexidade dos sistemas humanos, percepção essa que pode apontar para outras formas de alcançar as mudanças relacionadas, a seu tempo, com a complexidade da existência humana (McGoldrick & Gerson, 1985; Hartman, 1995).

Enquanto método de recolha e registo de informação encontra-se particularmente ligado

ao *Modelo Transgeracional* da abordagem familiar: “[que] é uma análise de transmissão da cultura familiar no seu sentido lato, de uma geração para outra englobando os padrões, estilos, costumes, segredos, mitos e problemas que determinam o carácter único de uma família” (Liberbman, 1979 cit. in Sampaio & Gameiro, 2005, p. 42).

O Genograma baseia-se numa representação gráfica global da família e das suas principais relações, onde “cada indivíduo e cada família se encontra profundamente implicada na sua história familiar intergeracional” (Hartman, 1995, p.119), transformando-se, simultaneamente, num instrumento de avaliação e de intervenção. Possivelmente é o instrumento mais útil para nos focarmos na família, onde a exploração do passado surge dinamicamente relacionada com as dificuldades actuais do grupo familiar e partir do contexto afectivo da sessão (McGoldrick & Gerson, 1985; Hartman, 1995).

No primeiro nível de construção do genograma, pode-se comparar a estrutura familiar à *coluna vertebral* do genograma (McGoldrick & Gerson, 1985) enquanto descrição gráfica de como diferentes membros de uma família estão biológica e legalmente ligados entre si mostrando-nos as conexões entre uns e os outros.

No segundo nível de construção, e depois de se traçar a estrutura familiar, podemos começar a agregar informação específica sobre a família: informação demográfica (idades, datas de nascimentos e mortes, ocupações e níveis educacionais), informação sobre o funcionamento (dados sobre o funcionamento físico, emocional e comportamental dos elementos da família) e acontecimentos familiares críticos, que nos dão o sentido de continuidade histórica da família e o efeito dessa mesma história em cada um dos seus elementos (transacções importantes, mudanças de relações, migrações, fracassos e êxitos, crises) (McGoldrick & Gerson, 1985).

Por fim, no terceiro nível de construção do genograma temos um desafio maior ao nível da dedução, na medida em que compreende o registo das relações entre os membros da família que podem ser conseguidas através de informação que os diferentes elementos nos transmitem ou observações realizadas durante as sessões (McGoldrick & Gerson, 1985).

O Genograma representa um instrumento não só com valor diagnóstico, mas igualmente com um importante papel terapêutico, permitindo uma análise mais objectiva do funcionamento

do sistema pela própria família, mais exactamente pelo elemento ou elementos que se encontram em terapia. Torna mais clara a compreensão do papel e lugar do indivíduo no contexto da família e o impacto desta em si próprio, possibilitando-lhe “vê-la de fora”, examiná-la e apreender a complexidade da dinâmica familiar que se desenvolveu através do tempo e, como isso pode estar a influenciar a sua vida na actualidade. “ O genograma torna muitas vezes evidente a passagem transgeracional de tradições relacionadas com a família, bem como uma série de crenças e comportamentos específicos” (Sampaio & Gameiro, 2005, p. 42). Permite uma *leitura* da dimensão emocional da família, podendo facilitar a revelação de certos segredos familiares e reconquistar as relações entre os elementos da família. É um instrumento que possibilita combinar informação biomédica e psicossocial da família. Sintetizando, com a construção de um Genograma podemos recolher informação familiar relativamente: a) aos **pontos de vulnerabilidade** (fraquezas, traumatismos, fracassos e crises); b) às **formas de reagir** (a raiva, a frustração, os preconceitos); c) aos **pontos de força** (a sensibilidade, a gestão dos mecanismos, a capacidade para resolver um problema) e face ao sistema: a) à **proximidade ou afastamento** nas relações; b) ao **poder e hierarquia** (dominância/submissão; flexibilidade/rigidez; tradição/adaptação); c) à **repetição dos esquemas e das atitudes** (padrões transaccionais); d) às **crenças do sistema familiar**.

De acordo com McGoldrick e Gerson (1985) o genograma pode ser estruturado através de seis categorias de interpretação: Categoria 1 – relativa à **Estrutura Familiar** (padrões estruturais que ligam as *linhas* e as *figuras* no genograma familiar; tipo de organização familiar) Categoria 2 – **Adaptação ao Ciclo Vital Familiar**, categoria 3 – **Padrões de Repetição** ao longo das gerações; categoria 4 – **Acontecimentos da Vida e Funcionamento Familiar**, que se encontram interligados com as mudanças no funcionamento familiar; categoria 5 – **Padrões de Relacionamento e Triangulações** e categoria 6 – **Equilíbrio e Desequilíbrio Familiar**, que constitui a categoria mais difícil de alcançar. Pretende-se avaliar até que ponto a família tem um nível de funcionamento adequado às suas necessidades. Se o balanço equilíbrio/desequilíbrio familiar tem uma consequência favorável onde a família cumpre os desafios de sobrevivência e crescimento (McGoldrick e Gerson, 1985).

3. REDE SOCIAL PESSOAL – OLHAR OS VÍNCULOS SOCIAIS

Os vínculos interpessoais são-nos tão vitais como o ar que respiramos.

(Alarcão, 1998, p.95).

Nas intervenções sistémicas não ficamos apenas pelo núcleo familiar, mas operamos uma outra visão ao alargar essa intervenção até à *rede social pessoal* do nosso cliente. De acordo com Sluzki (2007, p.107) “a incorporação da rede social pessoal é uma expansão razoável das ideias sistémicas”, na medida em que a família é um participante privilegiado do sistema significativo dos sujeitos, mas não é, reforça este autor “seguramente, o único...e às vezes não é o mais importante” (*Ibidem*, p.107).

A rede social surge invariavelmente associada a *grupo*, constituído por elementos da família, vizinhos, amigos, bem como por outras pessoas, capazes de trazerem ajuda e um apoio a um indivíduo ou a uma família. Tal como é defendida por Von Speck (*cit in* Elkaïm *et al.*, 1995) revela-se enquanto um *casulo* que em volta de um sistema familiar, serve de *almofada* entre este e a sociedade; “É o que subsiste do aspecto tribal das sociedades primitivas” (Von Speck, *cit in* Elkaïm *et al.*, 1995, p.24).

As relações podem ser de natureza informal e essencialmente afectiva (rede primária) ou de natureza formal, geradas num quadro institucional (rede secundária) e pode ser mista, incluindo elementos da rede primária e da rede secundária (Oliveira, 2007).

Uma rede social é quase sempre definida a partir de um indivíduo ou actor social, delimitada normalmente por ele próprio, sendo considerada de forma muito breve como “o campo relacional total de uma pessoa” (Speck & Attneave, 1990, p. 31).

Partindo desta entidade individual, poderemos designar a rede social pessoal, e de acordo com Sluzki (1996), como sendo o “conjunto de seres com quem interactuamos de maneira regular, com quem conversamos, com quem intercambiamos sinais que nos corporizam, que nos fazem reais” (p.13).

É grande o impacto que todo o conjunto de indivíduos que rodeiam o sujeito focal tem na vida do indivíduo, bem como no seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social, na medida

em que contribuem para a construção da própria identidade (Alarcão, 1998; Abreu, 2000; Alarcão & Sousa, 2007).

A função de uma rede encontra-se estreitamente relacionada com a qualidade das relações interpessoais estabelecidas com a família de origem, alargada e o seu envolvente social, de onde surgem os atributos importantes e que poderão configurar a construção de uma rede de suporte pessoal significativa. Por sua vez, a qualidade das relações está necessariamente ancorada na história dos vínculos estabelecidos e na intensidade, frequência e mutualidade dos mesmos. Por exemplo, e de acordo com o que defende Sluzki (1996), uma relação com muita história em comum mantém intensidade mesmo se os contactos não forem muito frequentes.

A Rede Social Pessoal pode ser analisada em função das suas características estruturais, funcionais e dos atributos de apoio. Por características estruturais entendem-se as propriedades da rede no seu conjunto (Sluzki, 1996; Alarcão & Sousa, 2007) e que são: a) **Tamanho**: número de sujeitos da rede, ou seja, todos os que mantêm contacto pessoal com o sujeito focal (pequenas, médias ou grandes); b) **Densidade**: interconexão ente os membros da rede social, independentemente do sujeito focal; o nível de densidade pode ser baixo, médio ou alto, caracterizando a rede com três possíveis configurações: redes coesas ou homogéneas, fragmentadas ou dispersas; c) **Composição ou distribuição**: indica-nos o número de membros e o nível de concentração em determinado círculo (que nos aponta a proximidade relacional) e quadrante, podendo ser tipificada como rede familiar, de amizade, de vizinhança ou mista; d) **Dispersão**: avalia-se tendo em conta a distância geográfica existente entre os seus membros, que afecta a sua acessibilidade, isto é, a facilidade de contacto entre os elementos que a constituem, nomeadamente em situação de urgência; e) **Homogeneidade/heterogeneidade**: é definida pela semelhança ou diferença encontrada nos elementos da rede em dimensões tais como: idade, género, cultura e nível sócio-económico, atitudes, experiências e valores (Barrón, 1996, *cit. in* Abreu, 2000, p.48), características demográficas e sócio-culturais.

Relativamente às características funcionais da rede social, considera-se como função da rede o tipo de intercâmbio interpessoal dominante entre os seus elementos. Cada vínculo da rede pode cumprir uma ou várias funções (Sluzki, 1996; Alarcão & Sousa, 2007). A rede pode assumir como função: a) **Apoio emocional**: trocas que comportam atitudes emocionais

positivas; b) **Companhia social**: partilha de actividades que poderão pautar-se apenas pela simples coexistência lado a lado; c) **Apoio cognitivo ou aconselhamento**: partilha de informações para mostrar novas formas de pensar e agir; d) **Regulação ou controlo social**: pressão exercida para lembrar e reafirmar responsabilidades, normas e papéis; e) **Ajuda técnica ou de serviços**: funções levadas a cabo por elementos das redes secundárias; f) **Apoio material ou instrumental**: ajuda através de acções ou materiais; g) **Acesso a novos contactos**: permite potenciar a criação de novos vínculos (Sluzki, 1996; Alarcão & Sousa, 2007).

Por atributos de apoio ou vínculos entende-se a propriedade específica de cada relação que nos permite distinguir diferentes atributos para cada vínculo/apoio (Sluzki, 1996; Alarcão & Sousa, 2007), tal como: a) **Multidimensionalidade e versatilidade**: remete-nos para a variedade e quantidade de funções assumidas pelo vínculo; b) **Reciprocidade**: grau em que os recursos existentes numa rede social são trocados equitativamente entre as partes, definindo as relações como simétricas ou assimétricas; c) **Intensidade**: revela a carga (grau de intimidade) e a durabilidade da relação, assim como a história em comum dos elementos (dimensão diacrónica – o tempo); d) **Frequência dos contactos**: é destes que depende a activação dos vínculos e a intensidade da relação.

A rede social pessoal, em toda a sua complexidade, desempenha um papel fundamental na vida de cada indivíduo, destacando-se a sua efectividade no que concerna ao suporte que pode oferecer para uma pessoa ou família que se encontram num momento de crise, mas não só.

3.1. Avaliação da Rede Social Pessoal: o Mapa de Rede Social Pessoal

A rede social pessoal pode ser registada na forma de um mapa ou gráfico, incluindo todos os indivíduos com os quais o nosso sujeito focal interage. O Mapa de Rede Social Pessoal – MRSP constitui-se um instrumento que visa a sistematização da informação recolhida sobre o ecossistema de um indivíduo, e sobre as suas pessoas significativas (Sluzki, 1996; Alarcão & Sousa, 2007).

O MRSP divide-se em **quatro quadrantes e cinco sectores** – *amizade, família, trabalho/estudo; serviços/instituições e relações comunitárias* e **três círculos** – interior

(relações íntimas), intermédio e exterior. De acordo com Sluzki (1996; Alarcão & Sousa, 2007) o conjunto de elementos inscritos nesse mapa – pontos unidos por linhas rectas – constitui a rede social do sujeito focal.

O MRSP deve ser construído com a própria pessoa, solicitando-lhe que indique quais as pessoas significativas para si e às quais poderia pedir ajuda: material, emocional, afectiva, companhia social, técnica, de aconselhamento, etc., impondo um limite temporal, pois a rede social vai se alterando com o passar dos tempos (crises naturais ou contingências da vida). Este mapa constitui-se, num primeiro plano, como um registo estático (dimensão sincrónica) do momento em que se o constrói ou um outro qualquer no passado. Podemos fazer, no entanto, uma rede social pessoal prospectiva (futuro), no sentido de compreender/ajudar a criar vínculos para um futuro próximo (Sluzki, 1996; Alarcão & Sousa, 2007). No final dever-se-á analisar se a pessoa está ou não satisfeita com a ajuda que recebe, bem como a capacidade de reciprocidade do sujeito (o que lhe confere *poder*).

Através do MRSP tornam-se visíveis as seguintes características estruturais da rede social pessoal: o **tamanho** da rede, a **composição** ou a **distribuição** e a **densidade**. Assim, revela-se útil completar a informação com o IARSP-R – *Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal – revisto* desenvolvido para ser usado como instrumento clínico (na avaliação/intervenção) ou como suporte de investigação (Alarcão & Sousa, 2007). Este instrumento torna-se adequado na medida em que permite o questionamento e registo sistemático de toda a informação que não é possível de ser reflectida através do MRSP. A sua relevância emerge enquanto organizador da entrevista pessoal, no quadro de uma intervenção clínica, e como indicador das características das redes sociais pessoais de uma população ou comunidade (Alarcão & Sousa, 2007).

O IARSP-R permite não só recolher elementos que dizem respeito às características estruturais da rede social pessoal de um indivíduo (por exemplo, tamanho da rede ou dispersão) assim como recolher informação relativa às características funcionais da rede (tipos de apoio) e aos atributos dos vínculos (multidimensionalidade e versatilidade, reciprocidade e frequência de contactos) (Oliveira, 2007). “A construção do mapa de rede constitui, então, não apenas uma forma de diagnóstico – das actuais fontes de apoio do sujeito focal e dos elementos potencialmente mobilizáveis para a intervenção – mas, também, uma forma de intervenção pela

oportunidade de metacomunicação do sujeito focal consigo próprio, muitas vezes facilitada pelo técnico com quem faz essa construção, e pelo reenquadramento, que permite, da visão inicialmente apresentada pelo sujeito focal” (Alarcão & Sousa, 2007, p. 372).

Uma vantagem na construção do mapa de rede social pessoal assenta na responsabilidade da representação gráfica da rede de um indivíduo que permite uma *gestalt* rápida do campo relacional significativo do sujeito, podendo revelar-se útil e importante na procura de apoios junto de outros indivíduos. Além disso, as pessoas em situações de crise extrema ou continuada perdem a noção da potencialidade da ajuda que se encontra nos outros mais próximos. Deste modo, e face por exemplo a uma família *rigidificada* na sua estrutura ou dimensão comunicacional, pode ser útil fazer entrar outros elementos significativos na sua rede social – novas hipóteses de triangulação – e que podem prestar ajuda. Outras vantagens reflectem-se na importância da presença de figuras familiares na forma de lidar com o stress – desde o bebé ou a criança pequena até ao idoso. Todos nos sentimos mais protegidos na presença de alguém familiar, por outro lado, a existência de relações sociais confere a cada um de nós um estatuto e um papel. Há ainda a importância do *feedback* que a rede dá a cada indivíduo sobre os cuidados que deve ter consigo e com a sua saúde e na estimulação, permitida pela rede, de actividades pessoais que se associam positivamente com a sobrevivência, tais como rotinas alimentares, exercício físico, cuidados de saúde, etc. (Alarcão, 1998).

II - Objectivos

Neste estudo estabeleceram-se como objectivos: 1) identificar as possibilidades de avaliação/terapêutica do Genograma e do Mapa de Rede em crianças e adolescentes institucionalizados; 2) identificar eventuais contra-indicações ou limites na utilização do Genograma e do Mapa de Rede com essas crianças; 3) apontar/construir adaptações da utilização como avaliação/terapêutica do Genograma e do Mapa de Rede em crianças e adolescentes.

III - Metodologia

Com o objectivo de analisar a pertinência da utilização de dois instrumentos de avaliação/intervenção *Genograma Familiar* e *Mapa de Rede Social Pessoal* junto de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, como medida do processo de promoção e protecção, procedeu-se à utilização destes dois recursos numa amostra num Lar de Infância e Juventude/IPSS, que acolhe 65 utentes do sexo masculino entre os 6 e os 19 anos de idade.

3.1. Caracterização da Amostra

A amostra é constituída por um total de 40 crianças e adolescentes do sexo masculino, com medida de promoção e protecção de acolhimento institucional prolongado. Considerando as variáveis sócio-demográficas, iremos caracterizar a idade, nível de escolaridade, agregado familiar, tempo de Institucionalização.

- As crianças e adolescentes que constituem a nossa amostra distribuem-se por várias **faixas etárias**: 1 criança entre os 6 e os 8 anos (2,5 %), 2 crianças entre os 8 e os 10 anos (5 %), 4 crianças entre os 10 e os 12 anos (10 %), 14 crianças entre os 12 e os 14 anos (35 %), 16 jovens entre os 14 e os 16 anos (40 %) e 3 jovens com mais de 16 anos (7,5 %) (Ver Quadro 1).
- Quanto à **escolaridade**, as 40 crianças e adolescentes distribuem-se pelo 1º Ciclo (n=5, 12,5%), 2º Ciclo (n=7, 17, 5 %), 3º Ciclo (n=26, 65 %) e Secundário (n= 2, 7,5 %) (Ver Quadro 1).
- Caracterizando a amostra no que diz respeito ao **tipo de agregado familiar** constatamos que cerca de 17,5 % (n=7) da amostra de estudo faz parte de uma família nuclear, 27,5 % (n=11) coabita com a família alargada, 27,5% (n=11) faz parte de uma família monoparental e 27,5 % (n=11) coabita numa família de tipo reconstituída (Ver Quadro 1).
- No que se refere ao **tempo de institucionalização** 10 indivíduos encontram-se institucionalizados há menos de um ano (25 %), 12 entre um e três anos (30 %), 14 entre três e seis anos (35 %), e 4 há mais de seis anos (10 %) (Ver Quadro 1).

VARIÁVEIS	FREQUÊNCIAS	
	N	%
IDADE		
6 a 8 Anos	1	2,5 %
8 a 10 Anos	2	5 %
10 a 12 Anos	4	10 %
12 a 14 Anos	14	35 %
14 a 16 Anos	16	40 %
> 16 Anos	3	7,5 %
ESCOLARIDADE		
1º Ciclo	5	12,5 %
2º Ciclo	7	17,5 %
3º Ciclo	26	65 %
Secundário	2	5 %
PERÍODO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO		
< a 1 Ano	10	25 %
1 a 3 Anos	12	30 %
3 a 6 Anos	14	35 %
>6 Anos	4	10 %
TIPO DE AGREGADO		
Nuclear	7	17,5 %
Alargada	11	27,5 %
Monoparental	11	27,5 %
Reconstituída	11	27,5 %

Quadro 1: Caracterização da Amostra

Os períodos de institucionalização variam de sujeito para sujeito onde é possível deparar com crianças e jovens que se encontram há menos de um ano no Lar (n=10, 25%) até àqueles que se encontram há mais de seis anos (n=4, 10%), sendo que na maioria os sujeitos acham-se em regime de acolhimento prolongado entre três e seis anos (n=14, 35%). Na sua maioria são crianças e jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos (n=30, 75%), frequentando principalmente o 3º Ciclo do Ensino Básico (n=26, 65%) (Ver quadro 1).

3.2. Instrumentos Utilizados

3.2.1. Genograma Familiar

A construção do genograma supõe três níveis: o delinear da estrutura familiar, o registar da informação sobre a família e o assinalar das relações familiares (McGoldrick & Gerson, 1985). Elaborado progressivamente ao longo de várias entrevistas, tendo por base um conjunto de componentes e regras assim como uma simbologia própria, é necessário especificar alguns elementos tais como: os nomes, diminutivos e alcunhas; as datas / idades – nascimentos, mortes e casamentos (que marcam os movimentos da família através do tempo); a posição na fratria (que marca os movimentos da família no espaço); os dados sócio-profissionais e acontecimentos relevantes da existência; a residência e níveis de coesão/proximidade; a frequência, tipo e qualidade dos *laços* emocionais; o tipo e características das relações familiares (intra e inter-generacionais); os acontecimentos de intensa carga emocional (crises); o nível sócio-económico, etnia e religião; os canais preferenciais de comunicação; as histórias que se contam na família.

Partindo da literatura disponível e daquilo que seria o ideal, foi sentido como necessário adaptar alguns dos procedimentos de construção do genograma a um público com características muito próprias e para o qual não fazia grande sentido insistir em determinadas dimensões da sua vida familiar sobre as quais as crianças e os jovens não conseguiam ou não sabiam pronunciar-se.

Mantendo como ponto de partida o trabalho de McGoldrick e Gerson (1985), o seu guião de entrevista e as categorias de interpretação, e após a construção dos dez primeiros genogramas, tínhamos o nosso guião/categorias adaptado e mais reduzido (anexo 3). Paralelamente, foi elaborada uma ficha de registo de informação complementar (anexo 4) no sentido de permitir uma reflexão da própria sessão.

As sessões duravam aproximadamente 45 a 60 minutos durante os quais, numa conversa, se procurava construir o genograma familiar da criança ou adolescente, utilizando um lápis e uma folha de papel A3, com a colaboração directa dos jovens.

Como explicação sobre o que pretendíamos fazer, apresentou-se o genograma como uma

espécie de “árvore genealógica” que todos, em geral, já teriam experimentado na escola, e que seria uma forma de cada um deles nos dar a conhecer a sua família, as suas histórias, as relações entre os familiares, se alguém está/esteve doente, etc., aplicando para tal o guião de entrevista adaptado, percorrendo as diversas categorias.

3.2.2. Mapa de Rede Social Pessoal

As principais características possíveis de identificar numa rede podem ser alcançadas através do mapa de rede, que representa graficamente essa rede social – *MRSP* (Abreu, 2000; Alarcão & Sousa, 2007). É um instrumento fundamental para a análise da rede, representando-a no seu eixo sincrónico (o espaço). Os círculos que cercam o indivíduo focal (localizado ao centro) representam o grau de proximidade e intimidade que os elementos referidos pelo próprio terão relativamente a ele, donde este mapa deverá ser complementado por ligações em linha recta entre os elementos que se conhecem entre si.

Na aplicação concreta deste instrumento a um público jovem e institucionalizado, foi sentido como necessário a adaptação das denominações dos quadrantes: *amizades, família, vizinhos, colegas de estudo e instituições/técnicos*. Com o fim de tornar a aplicação do instrumento mais útil, foi elaborada uma folha de registo dos nomes indicados pela criança ou jovem (anexo 6) e no final solicitado que inscrevessem apenas os números correspondentes no mapa de rede (anexo 7). A ordem de enumeração dos elementos significativos ficava inteiramente ao critério da criança ou jovem. No que se refere aos círculos concêntricos estes foram mantidos. A escolha da inscrição dos nomes era relacionada com o como eram sentidas pela criança ou jovem as relações que mantinha com as pessoas seleccionadas para inscrever no mapa: no círculo interior, as relações íntimas, no círculo intermédio com menor grau de compromisso, ou no círculo exterior os conhecidos ou relações ocasionais.

Para a construção do *MRSP*⁴ solicitava-se à criança ou jovem que identificasse as pessoas significativas para si, com a referência temporal dos últimos seis meses, independentemente de com elas poder ter relações positivas ou conflituosas. Depois pedia-se que as distribuísse pelos quatro quadrantes e cinco sectores e pelos círculos concêntricos. Por

⁴ Ver versão utilizada no estudo no anexo 5.

fim, a criança ou jovem deveria ligar através de uma linha recta, os elementos da sua rede que se conhecem entre si independentemente de si próprio.

IV – Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1. Análise de conteúdo

4.1.1. Genograma

A maioria destas crianças e adolescentes (n= 38; 95%) da nossa amostra têm irmãos e/ou meios-irmãos, tendo muitos deles já passado pelo sistema de institucionalização (temporário e/ou prolongado), e alguns encontram-se institucionalizados neste mesmo Lar (n=10; 25%).

Verificou-se que em aproximadamente metade dos adolescentes havia histórias prévias de institucionalização na família (n= 21; 52,5 %), contra 47,5 % (n=19) das crianças e jovens que são os primeiros da sua família a serem institucionalizados.

Através da leitura dos diversos genogramas é visível a importância que muitos deles atribuem à ligação afectiva com a mãe (quadro 2) que surge como uma figura de referência para cerca de 17 sujeitos (42,5 %) seguida dos avós, referenciados por 11 sujeitos (27,5 %). Nos *Outros*, encontramos os tios, os irmãos e os padrinhos e madrinhas que para 4 sujeitos (10 %) representam as suas figuras de referência e principal suporte emocional.

Principal relação afectiva	N = 40	%
Mãe	17	42,5
Pai	5	12,5
Pais	3	7,5
Avós	11	27,5
Outros	4	10

Quadro 2. Caracterização da amostra quanto à relação afectiva principal

Quanto aos limites dos sistemas familiares, poder-se-á caracterizá-los, na sua maioria (n=39, 97,5%) de difusos, sendo notório através da leitura do genograma e das histórias que os sujeitos foram contando, a ausência de regras claras e de definição de papéis na família.

As causas para as mudanças que foram registando nas suas famílias são muito variadas:

desde a perda do emprego (n=2), a morte de um cônjuge (N=5), o alcoolismo (n=15), a violência física sobre um ou mais elementos da família (n=6); no entanto, e eventualmente por serem muito pequenos, não conseguem avaliar o real impacto que tal possa ter tido nas suas vidas. De uma forma muito genérica interpretam essas mudanças como regularidades, considerando a sua própria integração em Instituições de acolhimento (n=17; 42,5%) como uma situação “normal”, sem grande “importância”.

De acordo com o quadro 1 as composições familiares dominantes distribuem-se, de forma equitativa (n= 11; 27,5%), entre família alargada (na mesma casa vivem elementos da família de diferentes gerações e graus de parentesco); monoparental (mãe, após a separação/abandono/morte do compenheiro); ou reconstituída.

As crises familiares que os sujeitos da nossa amostra destacam são: morte de um progenitor/irmão (n=11, 27,5%), abandono por um progenitor (n=13, 32,5%), doença de um elemento da família (n=7, 17,5%) tal como o alcoolismo, acidente, doença psiquiátrica ou outra doença física.

À medida que os sujeitos falavam sobre as suas famílias, iam vendo “desenhadas” no papel as relações entre as pessoas, e as histórias iam ganhando corpo, expressavam admiração face à sua *história* com os seus *actores*. Uma função do genograma que surgiu de forma destacada nestas crianças/adolescentes foi a “activação” de histórias “esquecidas”, permitindo-lhes recordar alguns dos bons momentos das suas vidas. A construção do genograma exige um esforço de *evocação da memória* da qual podem sobressair recordações mais ou menos esquecidas e sobre as quais se ignorava a verdadeira importância (Abels-Eber, 2000). Por muito *ingrata* que a vida deles possa ter sido, todos conseguiram partilhar alguns bons momentos que viveram; por exemplo o D.R. (15 A) que deixou de saber do pai aos três anos e que recordou, com um claro sorriso, os dias em que o ia acordar à cama (“uma cama muito grande”) e saltar lá em cima juntamente com ele: “gostava muito disso!...” O D.A. (14 A) lembrou os momentos que passou com a mãe e a irmã quando “fugiram” do pai (alcoólico e violência doméstica) como “muito bons” pois “passava muito tempo com ela”. Tinha então 5 anos.

A procura activa para preencher os *buracos* nas histórias pode ser outra vertente interessante na aplicação do genograma (Abels-Eber, 2000), levando as crianças e adolescentes

a envolverem-se e a resgatar as pessoas significativas para si. O R.A. (9 A) que revelou dificuldades com os nomes dos avós, fez questão de ir perguntar à mãe, para depois os acrescentar ao seu genograma; o R.D. (11A) não sabia o nome da avó materna e remata que “nunca falei para ela!”; o P.M (15 A) sabe dizer que tem cinco meios-irmão do segundo casamento do pai, sabe o género de cada um deles, mas só sabe o nome de uma; o D.E. (16A) não se recorda do nome da avó paterna, na casa de quem fica quando vai ver o pai, “não sei, eu só lhe chamo avó”. Muitas crianças e adolescentes não se lembram do nomes dos avós, tios, meios-irmãos. No final da construção do genograma era lançado o desafio no sentido de procurarem esta informação para ser acrescentada ao trabalho que seria guardado nos seus processos, tarefa levada com seriedade pelos adolescentes.

Outra função do genograma nesta amostra, foi dar ordem a um caos (relacional e temporal), contribuindo para clarificar quem é quem nas suas famílias: irmãos e meios-irmãos, companheiros(as) dos(as) progenitores(ras), bem como integrar as situações de maior ruptura na sua vida, tais como os “abandonos” ou as sucessivas institucionalizações, através da recolha e organização de informação que foi emergindo, estabelecendo um percurso diacrónico e uma história (McGoldrick & Gerson, 1985). Os irmãos C.R. e L.R de 11 e 12 anos respectivamente, gostaram especialmente de conseguir nomear e ordenar os seus dez irmãos; o L.M. (16 A) revelou muita dificuldade em lembrar-se de todos os companheiros da mãe (cinco no total) e respectivos meios-irmãos desabafando “isto é uma grande complicação!”; o D.D. (13 A) viveu, desde os quatro anos em três instituições de acolhimento diferentes, antes de ingressar há 5 anos no Lar e parte do tempo de construção do genograma girou em torno do resgate desta cronologia, que se revelou importante para ele. O Genograma permite seleccionar, ordenar e arranjar a informação no sentido de reduzir a confusão (McGoldrick & Gerson, 1985; Hartman, 1995). Ou seja, construir o genograma parece ter contribuído para os sujeitos desta amostra progredirem dum tempo eventual para uma historicidade que se vai construindo (Ausloos, 2003). Os “lutos” destas crianças e adolescentes são feitos de forma muito apressada, como se não existisse tempo entre um problema e outro, uma crise e outra, para chorar e reparar as perdas que a vida lhes *oferece*. Ausloos (2003) fala-nos do *tempo eventual* que caracteriza estas famílias de transacções caóticas, um tempo sem passado, nem futuro, onde subsiste apenas o *imediato* e onde a introdução da durabilidade obriga a sair do acontecimento e abrir-se às

perspectivas futuras. Eventualmente, olhar a sua família no genograma possibilita um certo conforto, porque todos nós temos “coisas” boas e “coisas” menos boas na vida; permitindo realçar as “coisas” boas e positivas, consente-se a estas crianças e adolescentes aceitar a sua história, e projectar-se no futuro, com temporalidade e historicidade. No sentido de restituir uma história que frequentemente foi esquecida tão depressa quanto vivida, Ausloos (2003) propõe a construção de um *Historiograma* que por comparação se assemelha ao próprio *Genograma* procurando-se, assim, fazer circular a informação no sistema, solicitando o contar da história da família pelos filhos, e aquilo que eles ou os seus pais não sabem/não se lembram deverão indagar junto de outros familiares. Esta historicidade designa o conjunto de factos/acometimentos que constituem a história pessoal de um indivíduo interligada a uma dimensão de movimento e acção, e que permite que os sujeitos deixem de se perceber como meros actores para passarem a considerar-se como construtores/autores da sua vida (Abels-Eber, 2000).

O genograma mostrou gerar conforto e segurança a estes adolescentes, na medida em que lhes permitiu sentir que por um lado a sua história não se *perdeu*: o D.R. (15 A) que, no início da construção do genograma começou logo por dizer que “não me lembro de nada”, como se existisse um hiato na sua vida, com o continuar da tarefa e o seu envolvimento pessoal, constatou que a sua história não tinha *desaparecido*; era longa, repleta de *pessoas*, com coisas positivas e negativas, mas estava lá, existia, para ele guardar e relembrar sempre que quisesse. Os pais do T.F. (13 A) são ambos doentes do foro psiquiátrico; ao inscrevê-los no seu genograma e entrecruzando os agregados familiares dos pais e dos avós maternos nos períodos de internamento do pai, este adolescente *compreendeu* que a mãe não ficava sozinha; e isto tranquilizou-o porque “ (...) quando o meu pai não está em casa, e eu estou aqui, a minha mãe não pode ficar sozinha”.

A história pessoal e familiar destes sujeitos é caracterizada por sucessões de mudanças bastante rápidas e pouco úteis (Ausloos, 2003), por exemplo os sucessivos companheiros que as mães destas crianças e adolescentes têm (n=16, 40%, dois ou mais companheiros), as consecutivas entradas e saídas de outros elementos da família (n=18, 45%, avós, meios-irmãos, tios, companheiros dos tios, primos), em que esses acontecimentos ficam suspensos algures no

passado. Deste modo, as famílias de transacções caóticas, onde são os conflitos que criam os acontecimentos (Ausloos, 2003), nunca poderão superar as crises de forma positiva, pois entram num registo de acção contínua, sem espaço para reflexão. A utilização do genograma poderá funcionar como o ponto de partida, o abrir de uma *janela* para a (re)construção de uma história pessoal, onde a historicidade da família se reveste de grande importância, quer para a criança ou jovem, quer para os técnicos que com eles trabalham e interagem.

O M.S. (13 A) apreciou especialmente observar as relações afectivas que ligavam a mãe a si próprio e a todos os seus irmãos, descrevendo estas relações como *muito fortes*; no final da construção do genograma partilhou que a “mãe parece um sol” (alusão aos raios do sol). Questionando um pouco mais esta sua metáfora, este adolescente continuou dizendo que “o sol dá calor e luz e isso é bom”. O M.S. é o segundo filho de uma fratria de cinco e só ele está institucionalizado; os pais encontram-se divorciados e os outros irmãos vivem com a mãe. Foi importante para ele olhar e ver estas relações afectivas entre a mãe e todos os filhos para se sentir seguro, reconfortado, no amor que esta mãe tem por *todos* os filhos. O Genograma baseia-se numa representação gráfica global da família e das suas principais relações, onde “cada indivíduo e cada família se encontra profundamente implicada na sua história familiar intergeracional” (Hartman, 1995, p.119), De acordo com McGoldrick e Gerson (1985), através de uma *leitura* da dimensão emocional da família, o genograma pode facilitar a reconquista das relações entre os elementos da família.

O genograma permite que se conte a história que se quer e como se quer, não interessando se é verdadeira. É a história que se projectou para preencher um espaço e um tempo, o *vazio* e a *pausa*. O F.C. (13 A), que não conheceu o pai pois este faleceu antes do seu nascimento, conta histórias onde ele surge como o seu “herói” e com grande orgulho vai dizendo que “ele era corredor de motos”, “que corria lá no bairro”, que a “mãe gostava *mesmo* muito dele”, que “ela ficou muito triste quando ele morreu”, que tem “pena de não o ter conhecido”; no entanto, o seu apelido é dado por um amigo da mãe. Abels-Eber (2000) afirma ser muito importante para o indivíduo poder sentir que é possível ele actuar sobre a sua história através dos relatos que vai desenvolvendo, por exemplo, na construção do seu genograma/história de vida. Esta idealização da sua história reveste-se de grande importância,

podendo ser sentida, de acordo com, Abels-Eber (2000) na dupla função que a caracteriza: o contar uma história que guarda na memória (a história), bem como o trabalho que a criança ou adolescente efectua sobre ela (historicidade). O R.M. (16 A) cujos pais são irmãos, aprendeu a lidar e a falar da situação, referindo-se aos elementos que ia inscrevendo nos instrumentos como “este é da nossa família” ou “aquele não é da nossa família”, ora aludindo aos irmãos/irmãs dos pais, ora aos cunhados/cunhadas dos pais respectivamente. Assim, integrando uma informação socialmente complexa, o R.M. conseguiu transformar uma situação constrangedora, numa condição mais simples e fácil de partilhar e de aceitar.

Abels-Eber (2000) realça como uma das funções da construção da História de Vida e que destacamos também na construção do genograma, a função criativa. Encontrando-se a criança e o adolecente numa fase criativa do seu desenvolvimento, ele ocupará, no processo de contar da sua história, o lugar de criador, de autor da sua própria história, da sua própria vida; são as suas palavras, são as suas emoções, é o seu sentir que o desafia a experimentar através da sua espontaneidade.

O Genograma é, possivelmente, o instrumento mais útil para nos focarmos na família, onde, de acordo com McGoldrick & Gerson (1985) ou Hartman (1995), a exploração do passado surge dinamicamente relacionada com as dificuldades actuais. Nestas crianças/adolescentes institucionalizados, parece permitir também que se sintam agentes de significação dos diferentes tempos, acontecimentos, pessoas, daqueles que partiram da sua vida, daqueles que se permitem recordar (Abel-Eber, 2000).

O genograma poderá ajudar, ainda, a pôr em perspectiva as *crises da família*, auxiliando à sua compreensão e aceitação, relativizando o impacto. O G.R. (16 A), viu o pai emigrar e, apesar de falar dele com saudade, consegue perceber e registar uma relação forte entre ambos e entre o pai e a mãe, acrescentando que “eles não se divorciaram, (...) ele teve de ir tabalhar”; o T.S. (12 A), foi abandonado pela mãe estabelecendo com ela uma *relação distante*, no entanto consegue perceber que tem muito apoio do pai, da avó materna e de dois tios maternos (relações fortes); o J.R. (16 A), é filho de pai incógnito todavia, percepçiona que tem apoio nas *relações fortes* que estabelece com a mãe e uma das tias maternas, concluindo que “também não queria um pai (...) são chatos”. O Genograma torna mais clara a compreensão do papel e lugar da

criança no contexto da família e o impacto desta em si próprio, possibilitando-lhe “vê-la de fora”, examiná-la e apreender a complexidade da dinâmica familiar de forma mais aceitável e positiva (Sampaio & Gameiro, 2005). Este instrumento, se por um lado contribui para a clarificação das “coisas” menos boas, por outro conforta, pois também origina o ressurgimento das histórias boas. O balanço surgiu bastante positivo na medida em que promoveu junto destes sujeitos a facilitação de aceitação da sua história e, assim, o emergir do tempo que deixa de ser eventual, numa sucessão caótica e externa, para um percurso que se vai construindo. Com o Genograma vai-se ao encontro daquilo que Ausloos (2003) preconiza, ou seja, *travar* o tempo através da introdução da duração para sair do caos, agarrando um *passado* (historicidade) para permitir um *futuro*.

Uma das adaptações por nós estabelecidas na administração do genograma, foi ir registando na folha os elementos a inscrever no mapa de rede e que seriam posteriormente numerados (ver anexo 8). Face ao que foi sendo observado, considerou-se ser mais útil às crianças e jovens manter no seu campo de visão os diferentes elementos a inscrever no seu mapa de rede.

4.1.2. Mapa de Rede

Da elaboração do Mapa de Rede, observamos que cerca de 62,5 % (n=25) das crianças e adolescentes (ver quadro 3) inscreveram outros elementos (amigos e/ou colegas) que não eram especificamente do Lar, e apenas 37,5% (n=15) dos sujeitos referem como amigos só colegas do lar, revelando uma abertura da Instituição ao exterior, que tem vindo a ser trabalhada para uma maior aproximação à comunidade envolvente. De acordo com Ferreira (2007) torna-se fundamental que estas instituições não se isolem e realizem um trabalho de interacção com a comunidade envolvente permitindo, assim, o que aqui aparece realçado e se traduz numa maior integração social destes jovens.

Apenas colegas do Lar	N = 40	%
Sim	15	37,5
Não	25	62,5

Quadro 3. Caracterização da amostra quanto ao registo apenas de colegas do lar

Por outro lado, cerca de 67,5 % (n=27) das crianças e adolescentes inscreve especificamente os *Técnicos do Lar* como elementos significativos, capazes de lhes dar apoio sempre que necessitarem (quadro 4), revelando um certo conforto e confiança na equipa técnica do Lar.

Técnicos do Lar	N = 40	%
Sim	27	67,5
Não	13	32,5

Quadro 4. Caracterização da amostra quanto à presença específica de técnicos do lar no MRSP

Nas questões que foram sendo levantadas ao longo da construção do Mapa de Rede, analisando quem concede apoio à criança/adolescente e quem é que eles gostariam que lhes desse apoio, a maioria permaneceria com os mesmos elementos a apoiá-la (n= 30, 75 %); aqueles que gostavam de ver alterado prendem-se maioritariamente com a entrada da mãe nesse apoio (n=7, 17,5%) e outros com o pai (n=3, 7,5%). É perceptível, nos discursos destas crianças e jovens que, apesar de afastados das suas famílias e, em alguns casos de forma permanente, demonstram o quanto gostariam de ter perto de si os pais. O D.R. (15 A) não vê a mãe que se encontra no estrangeiro há mais de 9 anos, registando no seu genograma uma relação afectiva distante, verbalizando que nem ao telefone quer falar com ela pois “ela abandonou-nos”; inscreveu-a no seu mapa de rede desbafando que ela “quando pode” ajuda-o.

Alguns quiseram retirar (n=2; 5%) outros trazer (n=24; 60%) alguém da e para a sua rede; esta última situação encontra-se associada ao desejo de muitos destes adolescentes quererem que os pais já falecidos/”desaparecidos” ou irmãos, entretanto adoptados, estivessem junto deles. O D.S. (15 A) inscreveu o seu irmão mais novo, que se encontra adoptado, no mapa de rede, confessando que “saber dele era a melhor prenda de aniversário!”. Será que através da representação gráfica onde podem ver os elementos significativos, e inscrevendo aqueles de quem têm saudades, sentem que os mantêm “vivos” ou presentes? Por outro lado e, eventualmente na mesma lógica, o J.F.R. (16 A), apesar de ter inscrito uma das tias da mãe, reconhecendo-lhe o papel de apoio na sua vida, gostaria de a tirar da sua rede social, afirmando que se dá “mal com ela (...) é uma chata!”; ao querer retirar esta tia do gráfico que traduz a sua rede social sentiria que ela poderia “desaparecer”, deixar de ser relevante na sua vida?

As categorias em torno de “a quem é que se presta a ajuda” e/ou “que ajuda recebe”, não foram discriminadas por nenhum dos nossos sujeitos; na primeira categoria as respostas eram todas semelhantes - “ajudo todos quando é preciso”, como se existisse um sentimento de (quase) “obrigatoriedade” de prestar ajuda aos elementos que se encontravam na sua rede; na segunda destas categorias, o tipo de ajuda que recebe prende-se invariavelmente a “ajudam”, “não sei”, “o que é preciso”, sem com isso distingui-las entre si. Quando era solicitado um exemplo concreto as crianças revelavam muita dificuldade, outras encolhiam os ombros e insistiam “ajudam!” As crianças ou adolescentes revelam dificuldade ao nível da discriminação dos tipos de ajuda que podem dar e receber; sabem o que fazem para os outros e o que deles recebem, mas depois resumem o seu discurso a “ajudas”. Do nosso universo de 40 jovens só um, o N.F. (19 A) é que se questionou sobre que tipos de apoios estávamos ali a falar pois “uns emprestam-me dinheiro, outros ouvem-me quando preciso (...) são muitos, cada um faz uma coisa!”; aqui faria todo o sentido utilizar-se o IARSP. No entanto como uma das necessidades da instituição era conseguir uma leitura *imediata* da rede social pessoal dos jovens, optamos por construir o mapa de rede sem o recurso ao IARSP.

No âmbito da análise das características estruturais possíveis da rede, começamos pelo **tamanho da rede**. O tamanho médio das redes sociais pessoais dos nossos sujeitos é de 12,4. Assim esta variável foi organizada em três categorias para uma leitura mais efectiva da rede quanto ao tamanho: pequena (5 - 12 elementos) – 60 %; média (13 - 20 elementos) – 25 % e grande (21 - 30 elementos) – 12,5 %. Observa-se que a maioria das redes é de tamanho pequeno (quadro 5). De acordo com Sluzki (1996) ou Acarcão e Sousa (2007) as redes pequenas podem revelar-se pouco eficazes nos seus universos mais restritos e empobrecidos. Alarcão e Sousa (2007) acrescentam ainda que nestes casos será importante reactivar ou criar novos vínculos relacionais (2007). As redes reveladas neste estudo são maioritariamente pequenas, podendo traduzir, de acordo com Alberto (2002), uma das desvantagens da institucionalização, a estigmatização e a discriminação social que reflecte os estereótipos e preconceitos por um lado, e por outro, a sua interiorização. Estes jovens são, na comunidade envolvente, *rotulados* de “Meninos do Convento”⁵. O A.C. (16A) assume que “não confio em ninguém”, tendo

⁵ O Lar onde foi recolhida a nossa amostra encontra-se sediado num edifício religioso/ Mosteiro.

construído a sua rede social apenas com 8 elementos, pais, dois colegas do Lar, que também são amigos do seu lugar de residência, um colega de escola e um professor, a namorada e uma monitora do Lar que a inscreve como “amiga”.

Tamanho da Rede	N = 40	%
Pequena	24	60
Média	11	27,5
Grande	5	12,5

Quadro 5. Caracterização da amostra quanto ao tamanho da rede

Observando o total de elementos inscritos nas redes e diferentes quadrantes (quadro 6), aquele que mais contribui para o tamanho da rede é o das *Amizades* (37,6 %, n=187), seguido da *Família* (29,0%, n=144); e os que menos contribuem são os das *Instituições* (11,9 %, n= 59) e *Vizinhos* (3,4 %, n=17). Estes registos poderão resultar da forma de funcionamento destes sujeitos: no aqui e agora, no imediato (o *tempo eventual* de Ausloos, 2003) e, assim, são os amigos que estão mais perto de si, e por outro lado, por destacar a importância dos pares, tão característica da adolescência. O segundo quadrante que surge com maior número de elementos inscritos é o da *Família* e aqui poder-se-á reflectir na lealdade que estas crianças e adolescentes possam sentir para com aqueles que são a sua família. Por muito difíceis que tenham sido as relações, não deixam de ser família e de “merecer” estar inscritas no seu mapa de rede social.

Tamanho da Rede	N= 497	%
Amizades	187	37,6
Família	144	29,0
Colegas	90	18,1
Vizinhos	17	3,4
Instituições	59	11,9

Quadro 6. Caracterização da amostra quanto ao tamanho da rede por quadrante

Considerando a **composição ou distribuição da rede**, para este estudo optou-se por apresentar a rede dividida em cinco quadrantes, distinguindo os *Vizinhos* das *Instituições/Técnicos*, no sentido de facilitar as nomeações dos diferentes elementos. Seguindo a análise de Sluzki (1996), considerando que as redes concentradas em um ou dois quadrantes são pouco eficazes e/ou flexíveis, permitindo poucas opções ao nível dos recursos, observámos que

na maior parte das redes construídas pelos nossos sujeitos, se preenchem três ou quatro dos quadrantes disponíveis (quadro 7), constituindo cerca de 85% das redes sociais pessoais destes jovens, divididos essencialmente pelo quadrante das *Amizades* e da *Família*; no entanto, o quadrante dos *Colegas* também apresenta um elevado número de inscritos, pois muitos dos amigos são os próprios colegas da escola, não sendo fácil (ou entendido como útil por eles) fazer outra distinção.

Composição da Rede	N = 40	%
Um quadrante	0	0
Dois quadrantes	1	2,5
Três quadrantes	11	27,5
Quatro quadrantes	23	57,5
Cinco quadrantes	5	12,5

Quadro 7. Caracterização da amostra quanto à composição da rede por quadrante preenchido

Se tomarmos em linha de conta todos os elementos inscritos nos diversos quadrantes (quadro 8) encontramos aqueles que mais contribuem, em proporção, para a composição da rede: *Amizades* (37,6 %, n = 187) e *Família* (29,0 %, n = 144). Poder-se-á tipificar este tipo de redes como de *Rede de Amizade* ou *Rede Familiar*. Alarcão e Sousa (2007) reafirmam que não existe uma relação linear entre a amplitude e efectividade de uma rede, que poderão ter uma baixa composição, mas ser muito diversificada. Se por um lado podemos encontrar na literatura que a institucionalização não favorece o vínculo à família, para estas crianças e adolescentes o quadrante *Família* surge como o 2º mais importante, por outro lado os vizinhos podem não ser tão relevantes pois não se encontram perto de si.

Composição da Rede	N= 497	%
Amizades	187	37,6
Família	144	29,0
Colegas	90	18,1
Vizinhos	17	3,4
Instituições	59	11,9

Quadro 8. Caracterização da amostra quanto à composição da rede

Relativamente à **densidade da rede**, considerando as interconexões entre os elementos da

rede social, o nível de densidade pode ser: alto, médio ou baixo e caracterizar a rede com três possíveis configurações: coesa, fragmentada ou dispersa. Observando o quadro 9 encontramos a maior parte das redes com um nível médio de densidade – fragmentada. Mais eficaz será a rede coesa, mas que aqui surge como a menos expressiva (20%), encontrando-se um maior registo das redes fragmentadas (55%), com estas crianças e adolescentes a manterem “separados” os seus quadrantes. As *Amizades* normalmente conhecem-se todos, mas depois não se “cruzam” com a *Família* e/ou *Colegas*, e estes, em alguns dos casos, não conhecem os Amigos. Como explicação possível, poder-se-á apontar para uma tentativa por parte dos jovens em salvaguardar a individualidade e privacidade, que na realidade onde se encontram inseridos pode ser facilmente “atropelada”. Se bem que Reymond (1996ab, 1998) aponte como uma das potencialidades da institucionalização o favorecimento da construção da identidade na reformulação do passado de cada um, quebrando o discurso miserabilista e fatalista na promoção de projectos e de sonhos, por outro lado é expectável que se experimente a perda da individualidade, pois as instituições têm de se organizar de forma menos flexível que as famílias, dado o número de sujeitos que as constituem.

Densidade da Rede	N = 40	%
Coesa	8	20
Fragmentada	22	55
Dispersa	10	25

Quadro 9. Caracterização da amostra quanto à densidade da rede

Uma mais-valia do mapa de rede é a possibilidade de uma leitura do número de elementos inscritos e quadrantes preenchidos, associada à análise do período de institucionalização destes adolescentes, que permite elaborar a intervenção de forma mais útil e eficaz: o C.A. (13 A) (institucionalizado há cinco anos) só inscreve amigos do Lar, o que poderá levar a intervir/promover a entrada de outros amigos na sua rede social; por outro lado, o J.S. (13 A) (institucionalizado há seis meses) só apresenta amigos da sua localidade de origem, o que poderá levar à leitura de que ainda não conseguiu/quis deixar entrar novas amizades na sua rede social; o V.V. (14 A) (institucionalizado há quatro meses) apresenta apenas um amigo do

Lar e, simultaneamente, todos os técnicos da instituição; dever-se-á promover a intervenção no sentido de *descolar* o adolescente dos adultos e apoios formais para outros elementos (eg. os seus pares) e apoios mais informais. O W.A. (14 A) (institucionalizado há 5 anos) apenas apresenta três amigos do Lar, nenhum colega da escola, *toda* a família (com a qual está poucas vezes) e, depois, *todos* os técnicos da instituição. A rede deste adolescente leva-nos até à questão: ao fim de tantos anos na instituição, que se conseguiu a nível da sua integração comunitária?

De acordo com Alarcão e Sousa (2007) o conhecimento da rede social pessoal revela-se muito importante quando se trabalha com populações socialmente isoladas e/ou bloqueados na sua capacidade de lidar e ultrapassar dificuldades. Observando o público-alvo deste estudo exploratório facilmente compreendemos a relevância e utilidade que este instrumento poderá ter, ao clarificar às criança/adolescente e aos técnicos, quais os apoios disponíveis bem como a possibilidade de reenquadramento “essenciais à transformação criativa da crise” (Alarcão & Sousa, 2007). Ao olharmos para este instrumento, deveremos fazê-lo para além da sua aplicabilidade ao nível da avaliação; na dimensão da intervenção procura-se quer alargar as fontes de apoio, mas sobretudo descrystalizar a definição das dificuldades através da introdução de novas perspectivas ou leituras do problema/crise.

Na construção da Rede Social Pessoal não foi utilizado o IARSP (guião de aplicação, Alarcão & Sousa, 2007), que se reveste de uma utilidade avaliativa imediata e poderá ser uma “antecâmara” para, em sessões posteriores, aplicar o IARSP, numa perspectiva mais de intervenção. A constituição da amostra resultou de um pedido desta instituição para que fosse construído, com o maior número possível de crianças e adolescentes, a sua rede social pessoal, com o intuito de avaliar de uma forma “rápida” os contextos sociais dos jovens, o que nos levou a construir apenas o mapa de rede. Por outro lado ficou claro que as crianças mais pequenas, no que concerne às *características funcionais* (ou funções dos vínculos) da rede, são muito pouco discriminativas. Em relação aos círculos concêntricos que constituem a representação gráfica da rede social e enquanto adaptação a esta amostra específica, a indicação era concedida no sentido de seleccionar o círculo de acordo com o sentimento de proximidade que sentiam em relação a si, independentemente dos elementos inscritos no mapa se encontrarem geograficamente longe.

4.1.3. Limitações/inconvenientes e vantagens do Genograma e Mapa de rede:

Através da informação gráfica recolhida e do que foi possível observar directamente nas entrevistas com as crianças e adolescentes que participaram neste estudo, não foi perceptível qualquer inconveniente na utilização destes instrumentos. Eventualmente, poderá existir alguma limitação se não houver um técnico com preparação adequada e que, numa leitura menos atenta, faça emergir algum facilitismo na aplicação. Surgiu como situação complexa a necessidade de contenção da informação que emergia durante as entrevistas.

Limitativo poderá ser o tempo que se tem para aplicar estes instrumentos; se existir *apenas* a intenção ao nível da avaliação, torna-se pouco adequado a utilização de qualquer um destes instrumentos. Reflectindo com Alarcão e Sousa (2007) estes dois instrumentos encerram em si duas dimensões ao nível da aplicação: a) a possibilidade de se efectuar um diagnóstico/avaliação da família, tal como ela é entendida no presente, assim como das actuais fontes de apoio e elementos potencialmente mobilizáveis para a intervenção; b) a possibilidade de efectuar uma intervenção pela oportunidade de metacomunicação da criança ou adolescente consigo próprio, numa realidade facilitada pelos técnicos com quem realizam essa construção e pelo reenquadramento que possibilita.

O Genograma e o Mapa de Rede Social Pessoal carecem, ambos, de um bom amparo emocional por parte do profissional que os está a usar, uma vez que se tratam de instrumentos de avaliação, mas também, e não menos relevante por tudo o que se foi escrevendo, de intervenção e, por vezes, os assuntos que surgem destas *conversas* são dolorosos. Na construção do genograma o R.M. (16 A) conversou sobre a sua mãe, de lágrimas nos olhos e que, embora falecida há já cerca de dez anos, ainda se reveste de grande significado para si; o J.C.D. (14 A), não consegue falar de um dos seus irmãos, de quem gosta muito, e que se encontra preso sem as lágrimas lhe virem aos olhos; o L.M. (16A), apesar de falar abertamente do problema de alcoolismo da mãe, deixa transparecer o enorme desgosto que sente pela situação e a impotência de não a poder ajudar. Poder-se-á entender ambos os instrumentos como técnicas de baixa tensão (Nichols & Schwartz, 1998), que permitem abordar temas sensíveis sem criar elevados níveis de angústia às crianças e adolescentes facilitando, assim, conversar de forma mais

tranquila sobre a sua família e história de vida.

Constatando que a maioria das redes sociais destes miúdos são pequenas (entre 5 e 12 elementos, representando 60% do total) e os colocamos na *busca* daqueles que os poderão ajudar/apoiar em caso de necessidade, muitas foram as crianças e adolescentes que não conseguiram encontrar esses elementos significativos que os satisfizesse. O V.V. (14 A) refugia-se nos técnicos do Lar; o T.P. (13 A) apresenta um peso elevado no quadrante de uma família que não vê há muito tempo. Face a esta situação podemos construir uma rede social pessoal prospectiva (futuro), no sentido de compreender/ajudar a criar vínculos para um futuro próximo (Sluzki, 1996; Alarcão & Sousa, 2007). A construção do mapa de rede desejada concede, quer aos jovens quer aos técnicos que com eles trabalham, a possibilidade de leitura dos vínculos que a criança ou adolescente pode querer manter, activar ou desactivar.

No caso das crianças mais novas, o resultado do mapa de rede social pessoal pode não ser muito discriminativo, como é o exemplo do J.A. (7 A), que inscreveu de forma completamente aleatória os amigos e colegas na sua rede, à medida que ia conversando e se ia lembrando dos nomes.

No final das sessões foram inquiridos todos os sujeitos que participaram nesta tarefa de construção de um *Genograma Familiar* e um *Mapa de Rede Social Pessoal* sobre como se tinham sentido e se tinham gostado da experiência: 100% responde que gostou muito da experiência, de falar/reflectir sobre a família e os amigos.

Gostou da experiência	N = 40	%
Sim	40	100
Não	0	0

Quadro 10. Caracterização da amostra quanto ao gostou ou não de construir os dois instrumentos

Não é encontrada qualquer contra-indicação na utilização de nenhum destes dois instrumentos; é nosso entender que se revestem de toda a utilidade e pertinência na medida em que se consegue alcançar, por um lado, a história familiar pelo olhar de uma criança, numa dimensão mais avaliativa e, por outro, permite que ela tome consciência e reflecta sobre essa

mesma história, ordenando-a, sistematizando-a e interiorizando-a numa dimensão mais interventiva.

Regressando aos trabalhos de Reymond (1996ab, 1998, 1999), esta autora defende que ao longo de todo o processo de acolhimento é imprescindível ir promovendo relacionamentos positivos, reflectidos desde o primeiro momento nos laços que os adultos estabelecem com as crianças e os adolescentes e nas relações entre os pares.

V – Conclusões

O ser humano não faz *pausas* durante o seu desenvolvimento; o tempo avança e com ele a vida e o desenvolvimento continuam a fluir. Não se pode permitir que as crianças e adolescentes que se encontram em situação de acolhimento prolongado permaneçam em *stand by*, à espera do momento em que regressarão a casa para *retomarem* a vida. Quando chegam a uma Instituição de acolhimento, chegam com um passado e deverão ser capazes de desejar um futuro, numa história pessoal integradora das várias rupturas vividas.

Através deste pequeno estudo exploratório procurou-se analisar o papel do *Genograma* e do *Mapa de Rede Social Pessoal* como recursos, mas também nas suas limitações ou contra-indicações, com crianças e adolescentes institucionalizados. De acordo com Ausloos (2003), não será de forma alguma intrusiva a sua utilização, na medida em que serão os próprios indivíduos a fazer a gestão daquilo que será ou não dito e, pelo contrário, será facilitadora não só para a avaliação, bem como para a intervenção terapêutica.

Uma das potencialidades que podemos sentir na utilização do *Genograma* e do *Mapa de Rede Social Pessoal* com crianças e adolescentes institucionalizados prende-se com a compreensão da dimensão diacrónica da família – o tempo da história da família. Os nascimentos, as mortes, as crises, os investimentos/desinvestimentos afectivos; *quem me apoia se eu precisar?*

No aqui e agora que caracteriza o *tempo* destas crianças e adolescentes, deverá ser trabalhado o seu passado e o seu futuro pois, de acordo com o filósofo S. Kierkegaard *a vida só pode ser compreendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para a frente.*

O Genograma e o Mapa de Rede Social Pessoal revestem-se de grande importância na abordagem da história pessoal e familiar das crianças e adolescentes retirados do seu contexto familiar e comunitário, bem como na análise dos apoios sociais e afectivos percebidos, reais e potenciais. Esta clarificação da dimensão histórica e social das crianças/adolescentes é igualmente de grande utilidade para os técnicos que com elas trabalham, pois permite avaliar e assim projectar o trabalho a nível da (re)construção da história pessoal/familiar, das relações sociais e do suporte afectivo destes sujeitos.

Numa primeira leitura estes instrumentos poderão ser aplicados na sua dimensão mais avaliativa, para possibilitarem uma intervenção mais terapêutica. Partindo do *Genograma*, na dimensão diacrónica da família (Ausloos, 2003), olhando para a sua história passada, e do *Mapa de Rede*, olhando para o presente e para os vínculos sociais, pode-se abrir o caminho para o trabalho da sua *História de Vida* (Abels-Eber, 2000). Aqui permitir-se-á ao jovem institucionalizado a reapropriação da sua história, da sua vida única e singular, através da articulação e unificação dos elementos que a constituem, onde a função da construção da sua *História de Vida* seria libertadora, estruturante, expressiva e sociabilizante (Abels-Eber, 2000). Muitos dos sujeitos da nossa amostra não sabem/não se recordam dos nomes de pessoas com as quais conviviam antes de ingressar no Lar, tais como de padrastos/madrastas, tios/primos; muitos revelam dificuldade em estabelecer os graus de parentesco; outros, que nunca conheceram os avós, nada sabem das suas histórias e vidas. Alguns não sabem o nome dos próprios pais.

Emergiu a necessidade de efectuar algumas adaptações no Genograma que se prenderam com a construção de um guião de entrevista (anexos 1, 2 e 3) numa linguagem mais simplificada e adequada ao público a que se destinava (crianças e adolescentes), procurando a recolha da mesma informação, mas de forma um pouco diferente; criou-se uma folha de registo de informação complementar/descrição posterior da sessão (anexo 4), com o objectivo de não sobrecarregar a folha de construção do genograma com demasiada informação escrita; na folha de papel de construção do genograma mantiveram-se registados os elementos inscritos no mapa de rede dos jovens, o que foi entendido como elemento facilitador para a sua nomeação e enumeração.

No âmbito do MRSP também se procedeu à construção de um guião de entrevista adaptado ao público-alvo (anexo 5), numa linguagem simplificada, com questões-guia claras e objectivas; elaborou-se uma folha de registo de nomes/elementos significativos (anexo 6) no sentido de facilitar a nomeação e ordenação dos mesmos; a representação gráfica da rede social – o mapa (anexo7) – viu simplificada a designação do quadrante apenas com “Colegas de Estudo”; alterou-se a designação de outro quadrante para “Vizinhos” e optou-se por escrever num outro quadrante “Instituições/Técnicos”.

Este estudo tem algumas limitações, nomeadamente: a investigadora estar a estagiar na Instituição e isso poder influenciar os sujeitos da amostra no sentido de darem respostas desejáveis; por outro lado, um estudo desta natureza precisa de se basear em amostras maiores, de diferentes Instituições.

Nesse sentido, consideramos pertinente desenvolver mais estudos, que incluam entrevistas e fóruns de discussão com profissionais reconhecidos, quer a nível da problemática da institucionalização, quer da utilização dos instrumentos em causa; abranger mais crianças e adolescentes de diferentes instituições; fazer um estudo de cariz mais longitudinal, que permita analisar se a avaliação realizada num primeiro momento, através do genograma e mapa de rede teve um efeito concreto na actuação dos técnicos e no desenvolvimento dos próprios sujeitos.

Bibliografia

- Abels-Eber, C. (2000). *Enfants placés et construction d'historicité*. Paris: L'Harmattan.
- Abreu, S. (2000). *Singularidade das redes e redes da singularidade – rede social pessoal e saúde mental*. Dissertação de Mestrado não publicado. Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Afonso, P. (1998). As políticas de protecção às crianças em risco. *Revista Intervenção Social*, 17/19, 53-68.
- Alarcão, M. (1998). Família e Redes Sociais. *Interações*, 7, 97-102.

- Alarcão, M. (2002). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alarcão, M. & Sousa, L. (2007). Rede Social Pessoal: do conceito à avaliação. *Psychologica*, 44, 353-376.
- Alberto, I. (2002). “Como pássaros em gaiolas”. Reflexos em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado e R.A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*, vol.2, (pp.227-237). Coimbra: Quarteto Editores.
- Amado, J., Rbeiro, F., Limão, I., & Pacheco, V. (2003). *A escola e os alunos institucionalizados*. Lisboa: Departamento de Educação Básica, Ministério da Educação.
- Ausloos, G. (2003). *A competência das famílias*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Benoit, J.C. et al. (1988). *Dictionnaire Clinique des Therapies Familiales Systémiques*. Paris: ESF.
- Bowen, M. (1980). Key to the use of genogram. In E. A. Carter & M. McGoldrick. *The family life circle: framework for family therapy* (Eds). New York: Gardener Press.
- Canha, J. (2002). A criança vítima de violência. In C. Machado & R. Gonçalves (Coords.). *Violência e vítimas de crime*, vol.2, (pp.15-28).
- Carter, E.A. & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo vital familiar. Uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Delgado, P. (2006). *Os direitos das crianças, da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.
- Elkaïm, M. et. al. (1995). *Las practicas de la terapia de red: salud mental y contexto social*. Barcelona: Gedisa.
- Ferreiro, L. (2007). *A criança institucionalizada e o seu percurso escolar*. Dissertação de Mestrado não publicado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Hartman, A. (1995). Diagrammatic assessment of family relationships. *Families in society*, 76 (2), 111-122.

- Huefner, J., Ringle, J., Chmelka, M., & Ingram, S., (2007). Breaking the Cycle of intergenerational abuse: the long-term impact of a residential care program. *Child Abuse & Neglect*, 31, 187-199.
- Leandro, A., Alvarez, D., Cordeiro, M., & Carvalho, R. (2006). *Manual de Boas Práticas*. Grupo de Coordenação, CID, Lisboa: Edição do Instituto de Segurança Social, I.P.
- Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro (1999). *Lei de protecção de crianças e jovens em perigo*. In Diário da Republica, n.º 204/99, Série I-A, pp.6115-6132.
- Lieberman, S. (1975). *Transgeracional family therapy*. London: Groom Helm.
- Lieberman, S. (1979). Transgeracional analysis: the genogram as a technique in family therapy. In *Journal of Family Therapy*. 1, 51-64.
- Machado, C. & Gonçalves, R. (2002). *Violência e vítimas de crimes*. Vol.2. Coimbra: Quarteto Editores.
- Mateus, D. (2003). *A representação das relações familiares em crianças vítimas de maus-tratos*. Dissertação de Mestrado não publicado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Martins, E. (2006). A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX. *Infância e Juventude*, 4, 93-130.
- Martins, E. (2002). As reformas sociais e a protecção da criança marginalizada (estudo histórico do século XIX a meados dos século XX). *Infância e Juventude*, 3, 55-93.
- Martins, P. (2006). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens -as respostas institucionais. *Infância e Juventude*, 2, 103-114.
- McGoldrick, M. & Gerson, R. (1985). *Genograms in family assessment*. New York: Norton.
- McGoldrick, M., Gerson, R. & Shellenberger, S. (1999). *Genograms. Assessment and Intervention*. 2nd ed.. New York: Norton.
- Nichols, M. e Schwartz, R. (1998). *Family therapy. Concepts and methods*. New York: Allyn & Bacon.

- Oliveira, L. (2007). *Rede social pessoal e mau(s) trato(s)*. Dissertação de Mestrado não publicado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pereira, A. (2008). *Abandono psicológico: repercussões no desenvolvimento emocional e cognitivo de crianças institucionalizadas*. Dissertação de Mestrado não publicado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pinheiro, P. (2007). Promoção e protecção dos direitos das crianças. *Infância e Juventude*, 1, 9-70.
- Ramião, T. (2002). *Organização tutelar de menores, anotada e comentada. Jurisprudência e legislação conexa*. Lisboa: Quid Júris, Sociedade Editora.
- Reymond, M. (1999). Considerações acerca das perturbações do pensamento dos adolescentes. *Infância e Juventude*, 1, 9-112.
- Reymond, M. (1996a). Reflexões em instituição de adolescentes difíceis. *Infância e Juventude*, 2, 19-140.
- Reymond, M. (1996b). Reflexões em instituição de adolescentes difíceis. *Infância e Juventude*, 3, 25-116.
- Reymond, M. (1998). Resposta aos comportamentos violentos em instituição. *Infância e Juventude*, 3, 9-75.
- Relvas, A.P. (2000). *O ciclo vital da família. Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Simões, H., Alves, S., & Oliveira, V. (2007). *Plano de Intervenção Imediata / Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2006* (Art.º 10º do capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto). Lisboa: Equipa de Projecto para Adopção e Acolhimento, Departamento de Desenvolvimento Social, Área de Infância e de Juventude do ISS, I.P.
- Vieira, C., Vilar, M., Silva, H., Fonseca, A. e Alcoforado, L. (2004). *Crianças e jovens em risco, da investigação à intervenção*. Coimbra: Livraria Almedina.

- Sluzki, C. (1996). *La red social: frontera de la pratica sistematica*. Barcelona: Gedisa.
- Sluzki, C. (2000). Social network and the elderly. *Family Process*, 39 (3), 271-284.
- Sluzki, C. (2007). Famílias e redes. In G. Cecchin et. al. *Terapia familiar, rede e poética social*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Speck, R. von & Attneave, C. (1990). *Redes familiares*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Anexos

(ANEXO 1)

GUIA DE ENTREVISTA
 (McGoldrick & Gerson, 1985
 Ana Cacho, 2009)

Dimensões	Conteúdo
Paciente Identificado, Filhos e Cônjuges, registrar:	<ul style="list-style-type: none"> - Nome, data de nascimento, ocupação do PI - É casado ou não: nome dos cônjuges, dos filhos, idades e sexos - Os abortos, nascimentos de fetos mortos, irmãos adotivos - As datas de casamentos, separações e divórcios - As datas de nascimento e falecimento, causas do falecimento, ocupações e educação dos familiares aqui registrados - Quem vive no agregado familiar agora
Família de Origem, registrar:	<ul style="list-style-type: none"> - Nome da mãe e do pai - Quantos irmãos tem e qual a posição que ocupam - Os nomes e sexo dos irmãos - Os abortos, nascimentos de fetos mortos, irmãos adotivos - As datas de casamentos, separações e divórcios dos pais do PI - As datas de nascimento e falecimento, causas do falecimento, ocupações e educação dos familiares aqui registrados - Quem vivia no agregado familiar durante o crescimento do PI
Família da Mãe, registrar:	<ul style="list-style-type: none"> - Nome dos pais da mãe - Quantos irmãos tinha e qual a posição do PI - Os nomes e sexo dos irmãos - Os abortos, nascimentos de fetos mortos, irmãos adotivos - As datas de casamentos, separações e divórcios dos avós do PI - As datas de nascimento e falecimento, causas do

	falecimento, ocupações e educação dos familiares aqui registados
Família do Pai, registar:	<ul style="list-style-type: none"> - Nome dos pais do pai - Quantos irmãos tinha e qual a posição do PI - Os nomes e sexo dos irmãos - Os abortos, nascimentos de fetos mortos, irmãos adoptivos - As datas de casamentos, separações e divórcios dos avós do PI - As datas de nascimento e falecimento, causas do falecimento, ocupações e educação dos familiares aqui registados
Dimensão Étnica, registar:	As etnias e credos dos antepassados e sua língua materna.
Movimentos importantes, registar:	As migrações (emigração e imigração) e movimentos familiares importantes.
Outras pessoas significativas, registar:	Todos os que viveram com ou foram importantes para a família
Indicar, para todos aqui representados:	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas médicos, emocionais ou de conduta relevantes - Problemas laborais - Problemas de drogas ou alcoolismo - Problemas sérios com a lei
Indicar, para todos aqui representados, com quem tem uma relação:	<ul style="list-style-type: none"> - Íntima - Distante ou Conflituosa - Encontram-se distanciados - Dependiam muito um do outro

(ANEXO 2)

CATEGORIAS DE INTERPRETAÇÃO DO GENOGRAMA

(Adaptado de McGoldrick & Gerson, 1985

Ana Cacho, 2009)

Categorias		Dimensões	
1	Estrutura Familiar	Composição do Agregado	<ul style="list-style-type: none"> - Agregado nuclear intacto - Agregado monoparental - Agregados reconstruídos - Agregados com três gerações - Agregados com elementos <i>estranhos</i> à família nuclear
		Fratria	<ul style="list-style-type: none"> - Ordem de nascimento - Género dos irmãos - Diferenças de idade entre irmãos - Outros factores que influenciam a fratria (o momento em que nasce cada filho dentro da história familiar; características desses filho; o <i>programa</i> da família para esse filho; atitudes e inclinações parentais sobre as diferenças de sexo; posição na fratria do filho em relação à ao seu pai)
		Configurações Familiares Inusuais	
2	Adaptação ao Ciclo Vital	Fases do CVF Crise normativa/acidental	
3	Padrões de repetição ao longo das gerações	Padrões de Funcionamento	
		Padrões Relacionais	
		Padrões Estruturais	
4	Acontecimentos	Coincidência dos Acontecimentos da Vida	

	da Vida e Funcionamento Familiar	O impacto das mudanças, transições e traumas da vida	
		Reações a datas significativas	
		Sucessos sociais, económicos e políticos.	
5	Padrões Relacionais e Triangulações	Triangulações	
		Triangulações entre pai e filho	
		Triangulações comuns de pares	
		Triangulações em famílias divorciadas e reconstruídas	
		Triangulações em famílias com filhos adoptivos	
		Triangulações multigeracionais	
		Relações fora da família	
6	Equilíbrio e Desequilíbrio Familiar	Estrutura Familiar	
		Papéis	
		Níveis e Estilos de funcionamento	
		Recursos	

(ANEXO3)

GENOGRAMA
 ENTREVISTA ADAPTADA PARA AS CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADOS (Ana Cacho, 2009)

Nome: _____; Data: __/__/__(construção Genograma); Idade: ____; Escolaridade: ____;
 Data: __/__/__ (admissão no Lar)

CATEGORIAS	DIMENSÕES
Os nomes	- A escolha dos nomes (as esperanças) - Quem deu o nome (o poder e o controlo)
Os sobrenomes	- Utilização ou não do sobrenome - A significação - Quem dá o sobrenome
As alcunhas	- Quem atribui a alcunha - Qual a significação
O conjunto de irmãos	O posicionamento (sentimento de ser o n.º1,2,...)
Os elementos significativos	Como se sente incluído na família
Os <i>papéis</i> na família	- Subsistemas (limites e fronteiras)
As <i>regras</i> , as <i>crenças</i> e os <i>valores</i> na família	- Padrões de dominância
As mudanças	- As razões - Os efeitos sobre a família
As crises familiares – morte, acidente, doenças.	- As reacções - O mais afectado, porquê? - Como a família gere esse acontecimento
As interações no seio do sistema familiar	- Quem está <i>próximo</i> de quem? Porquê? - Quem está <i>longe</i> de quem? Porquê? - Relações conflituosas - Relações com triangulações, alianças ou coligações

Se os avós morreram ou estão fisicamente distantes	<ul style="list-style-type: none">- Que novidades ouvimos deles?- Qual a imagem que temos deles?
Histórias da institucionalização na família	<ul style="list-style-type: none">- Alguém na família foi institucionalizado?- Quem? Como?

(ANEXO 4)

GENOGRAMA
 FOLHA DE REGISTO DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
 (Ana Cacho, 2009)

Nome: _____; Data: __/__/__(construção Genograma); Idade ____; Escolaridade: ____;
 Data: __/__/__ (admissão no Lar)

CATEGORIAS	DIMENSÕES
Os nomes	
Os sobrenomes	
As alcunhas	
O conjunto de irmãos	
Os elementos significativos	
Os <i>papéis</i> na família	
As <i>regras</i> , as <i>crenças</i> e os <i>valores</i> na família	
As mudanças	
As crises familiares – morte, acidente, doenças.	
As interações no seio do sistema familiar	
Se os avós morreram ou estão fisicamente distantes	
Histórias de institucionalização na família	

OBSERVAÇÕES:

(ANEXO 5)

MAPA DE REDE SOCIAL PESSOAL

GUIÃO DE ENTREVISTA ADAPTADO ÀS CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADOS

(Ana Cacho, 2009)

Instruções

Todos nós vivemos juntos de outras pessoas com as quais convivemos e das quais podemos gostar ou não. Muitas vezes recorremos a algumas dessas pessoas quando precisamos de ajuda. Com a tua ajuda vamos construir, em conjunto, o teu mapa de rede social pessoal conhecendo, assim, todos aqueles que te podem ajudar e que estão mais próximos de ti, bem como as relações entre elas, nos últimos seis meses.

Pergunta inicial

Se necessitares de ajuda, quem te poderá ajudar? Indica o nome dessas pessoas ou instituições/técnicos distribuindo-os pelas diferentes divisões deste mapa (família, amigos, colegas de estudo, vizinhos e instituições/técnicos) e pelos círculos consoante os sentes mais próximos ou distantes de ti.

... **Quem te ajuda** se precisares?

... **Quem gostavas** que te ajudasse?

... **A quem** é que tu **dás** ajuda?

... **Que tipo** de ajuda recebes?

... Quem é que tu gostavas de **tirar** da tua rede?

... Quem é que tu gostavas de **trazer** para a tua rede?

... Na tua rede quem é que gostavas de **mudar de círculo**?

... Junto da tua família, existe alguém que te pode ajudar (**vizinho**)?

... Existem **instituições/serviços** que te podem ajudar?

... Agora que vês como é a tua rede social pessoal, **como te sentes**?

(ANEXO 6)

MAPA DE REDE SOCIAL PESSOAL

FOLHA DE REGISTO DOS NOMES/AJUDAS

(Ana Cacho, 2009)

Nome: _____; Data: __/__/__(construção MRSP); Idade _____;
 Escolaridade: _____; Data: __/__/__ (admissão no Lar)

N.º	AMIZADES	FAMÍLIA	COLEGAS DE ESTUDO	VIZINHOS	INSTITUIÇÕES/ TÉCNICOS
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					

24					
25					

(ANEXO 7)

Nome: _____; Data: __/__/__ (construção MRSP); Idade ____; Escolaridade: _____;

Data: __/__/__ (admissão no Lar)

MAPA DE REDE SOCIAL PESSOAL
(adaptado de Sluzki, 1996
Ana Cacho, 2009)

Amizades

Família

Vizinhos

Colegas de Estudos

Instituições/Técnicos



